



Simulado Final

PND

(CNU dos Professores)
Ciências Sociais
Pós-Edital

Caderno de Prova

Nome: _____

INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO

- 1 - Este simulado conta com questões focadas no concurso **PND - CNU dos Professores**, especialidade de **Ciências Sociais**;
- 2 - A prova contém itens que abordam conhecimentos cobrados no edital do concurso;
- 3 - As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca organizadora;
- 4 - A participação no ranking classificatório só será permitida até o horário de liberação do gabarito;
- 5 - O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado logo após estas instruções;

PREENCHA SEU GABARITO

Clique no link, ou copie e cole no seu navegador, para preencher seu gabarito.

<https://forms.gle/UDYztv8Q8qjng9437>

01 - (A B C D E)	17 - (A B C D E)	33 - (A B C D E)	49 - (A B C D E)	65 - (A B C D E)
02 - (A B C D E)	18 - (A B C D E)	34 - (A B C D E)	50 - (A B C D E)	66 - (A B C D E)
03 - (A B C D E)	19 - (A B C D E)	35 - (A B C D E)	51 - (A B C D E)	67 - (A B C D E)
04 - (A B C D E)	20 - (A B C D E)	36 - (A B C D E)	52 - (A B C D E)	68 - (A B C D E)
05 - (A B C D E)	21 - (A B C D E)	37 - (A B C D E)	53 - (A B C D E)	69 - (A B C D E)
06 - (A B C D E)	22 - (A B C D E)	38 - (A B C D E)	54 - (A B C D E)	70 - (A B C D E)
07 - (A B C D E)	23 - (A B C D E)	39 - (A B C D E)	55 - (A B C D E)	71 - (A B C D E)
08 - (A B C D E)	24 - (A B C D E)	40 - (A B C D E)	56 - (A B C D E)	72 - (A B C D E)
09 - (A B C D E)	25 - (A B C D E)	41 - (A B C D E)	57 - (A B C D E)	73 - (A B C D E)
10 - (A B C D E)	26 - (A B C D E)	42 - (A B C D E)	58 - (A B C D E)	74 - (A B C D E)
11 - (A B C D E)	27 - (A B C D E)	43 - (A B C D E)	59 - (A B C D E)	75 - (A B C D E)
12 - (A B C D E)	28 - (A B C D E)	44 - (A B C D E)	60 - (A B C D E)	76 - (A B C D E)
13 - (A B C D E)	29 - (A B C D E)	45 - (A B C D E)	61 - (A B C D E)	77 - (A B C D E)
14 - (A B C D E)	30 - (A B C D E)	46 - (A B C D E)	62 - (A B C D E)	78 - (A B C D E)
15 - (A B C D E)	31 - (A B C D E)	47 - (A B C D E)	63 - (A B C D E)	79 - (A B C D E)
16 - (A B C D E)	32 - (A B C D E)	48 - (A B C D E)	64 - (A B C D E)	80 - (A B C D E)

SIMULADO NO SISTEMA DE QUESTÕES

Clique no link, ou copie e cole no seu navegador, para fazer este simulado também no SQ!

<https://coruja.page.link/7yXz>

CONHECIMENTOS GERAIS**PRÁTICAS EDUCATIVAS PARA O PROCESSO
DE APRENDIZAGEM DE CRIANÇAS,
ADOLESCENTES, JOVENS E ADULTOS.
AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA
TEORIAS PEDAGÓGICAS; TEORIAS E
PRÁTICAS DE CURRÍCULO;***Romário Falci*

1. Luckesi, em Avaliação da aprendizagem escolar (1999), define “avaliação da aprendizagem como um ato amoroso, no sentido de que a avaliação, por si, é um ato acolhedor, integrativo, inclusivo” (p 172), o que nos remete à compreensão da importância da avaliação pedagógica, para o professor do atendimento educacional especializado, porque é através dela que se pode realizar o Plano de AEE e efetivar as intervenções pedagógicas adequadas às necessidades de aprendizagem do(a) estudante, estabelecendo parâmetros reais de desenvolvimento.

No entanto, para que seja efetivo, o plano deve obedecer a três etapas fundamentais abaixo descritas. Relacione as etapas listadas a seguir ao respectivo tipo de avaliação necessária a ser utilizada.

1. Avaliação diagnóstica
 2. Avaliação processual ou formativa
 3. Avaliação de resultados ou somativa
- () detectar novas possibilidades de intervenção e abordagem pedagógica durante uma aula.
- () elaboração do perfil de entrada e estudo de caso do(a) estudante para a estruturação do plano de trabalho AEE.
- () orientação à família e colaboração com o(a) professor(a) da sala de aula comum.
- () elaboração do perfil de saída do(a) estudante.

A relação correta, na ordem dada, é:

- a) 3 - 2 - 3 - 1
- b) 1 - 2 - 3 - 1

- c) 2 - 3 - 1 - 3
- d) 3 - 1 - 3 - 2
- e) 2 - 1 - 2 - 3

2. Historicamente, a função social atribuída à escola depende das concepções pedagógicas dominantes e dos valores atribuídos ao processo educativo. Sobre o papel da educação para a sociedade brasileira, relacione as concepções listadas com a função social que cada uma atribuiu à escola.

1. Pedagogia Tradicional (meados do século XIX a 1930)
 2. Pedagogia Nova (1930 a 1970)
 3. Pedagogia Tecnicista (1970 a 1980)
 4. Pedagogia Histórico-Crítica (1980 em diante)
- () Instrumento de correção da marginalização e de adaptação dos indivíduos às normas sociais, mas respeitando as individualidades e incentivando a aceitação mútua.
- () Meio para discutir os conteúdos culturais e historicamente atribuídos ao currículo, inclusive substituindo os conteúdos formais por conteúdos reais, dinâmicos e concretos.
- () Dispositivo para formar indivíduos eficientes, capazes de contribuir para o aumento da produtividade da sociedade, investindo em escolas técnicas.
- () Antídoto à ignorância para todos, difundindo a instrução e transmitindo de forma sistematizada e gradual conhecimentos acumulados pela humanidade.

A sequência correta, de cima para baixo, é:

- a) 1, 4, 3 e 2;
- b) 3, 2, 4 e 1;
- c) 2, 4, 3 e 1;
- d) 4, 1, 2 e 3;
- e) 2, 1, 3 e 4.

3. Um dos debates recorrentes no campo do currículo diz respeito à definição de pressupostos teóricos metodológicos e orientações que organizem o ensino, considerando não só os conhecimentos universais como, também, a multidimensionalidade do ensino-aprendizagem e, portanto, a perspectiva do diálogo cultural.

Segundo Candau (2009), "trabalhar as diferenças culturais constitui o foco central do multiculturalismo". Para a autora, a perspectiva do multiculturalismo pode ser classificada a partir de três grandes abordagens: o multiculturalismo assimilacionista; o multiculturalismo diferencialista, também denominado de monoculturalismo plural; e o multiculturalismo interativo, também denominado interculturalidade. No âmbito das políticas educacionais, a aprovação da Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008, visa a dar um tratamento transversal ao currículo, na perspectiva de um diálogo multicultural de caráter:

- a) assimilacionista
- b) diferencialista
- c) intercultural
- d) assimilacionista e diferencialista
- e) assimilacionista e intercultural

4. Considerando as bases psicológicas da aprendizagem do desenvolvimento e suas repercussões na prática escolar, relacione a 2ª coluna de acordo com a 1ª coluna.

1ª coluna:

- 1. Cognitivismo.
- 2. Behaviorismo.
- 3. Sociointeracionismo.
- 4. Humanista.

2ª coluna:

- () O professor utiliza reforços positivos para moldar gradualmente comportamentos específicos, priorizando objetivos observáveis.
- () Entende que o processo de aprendizagem ocorre pela análise e modificação de comportamentos observáveis, mediada por reforços positivos ou negativos.
- () O professor propõe atividades de resolução de problemas que envolvam reflexão metacognitiva, possibilitando o desenvolvimento de estruturas cognitivas mais complexas.
- () Valoriza a capacidade de autorrealização do indivíduo, destacando aspectos afetivos, motivacionais e a livre expressão dos potenciais humanos.
- () O professor organiza interações sociais e mediações intencionais, promovendo a construção coletiva do conhecimento.
- () Enfatiza os processos mentais internos, como percepção, memória e resolução de problemas, entendendo a aprendizagem como reorganização cognitiva.

A sequência CORRETA de cima para baixo é:

- a) 2- 3- 1- 4- 3- 2.
- b) 2- 4- 3- 4- 3- 1.
- c) 1- 2- 3- 4- 3- 1.
- d) 2- 2- 1- 4- 3- 1.
- e) 2- 2- 3- 4- 1- 3

5. Para Zabala (1998) “os conteúdos de aprendizagem são os instrumentos de explicitação das intenções educativas”. Esses devem abranger não apenas as capacidades cognitivas. Considerando que a função social do ensino é promover a formação integral do aluno e o atendimento à diversidade sociocultural, é correto afirmar.
- I. Os conteúdos de aprendizagem devem garantir a aquisição de conhecimentos das matérias ou disciplinas clássicas ou diversificadas.
- II. Os conteúdos de aprendizagem devem possibilitar o desenvolvimento das capacidades motoras, afetivas, de relação interpessoal e de inserção social.
- III. Os conteúdos de aprendizagem devem priorizar as aprendizagens de ordem atitudinais e procedimentais.
- IV. Os conteúdos de aprendizagem devem cumprir uma função seletiva e inclusiva.

Marque a resposta correta.

- a) todas as assertivas são corretas.
- b) somente a assertiva i é correta.
- c) somente a assertiva ii é correta.
- d) somente as assertivas i, iii e iv são corretas.
- e) Todas estão incorretas.

EDUCAÇÃO PARA AS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS; HISTÓRIAS E CULTURAS AFRICANAS, AFRO-BRASILEIRAS E INDÍGENAS; EDUCAÇÃO ESPECIAL E INCLUSIVA; EDUCAÇÃO, INCLUSÃO E DIREITOS HUMANOS; EDUCAÇÃO PARA AS RELAÇÕES DE GÊNERO E SEXUALIDADE; LIBRAS, CULTURA E IDENTIDADE SURDA.

Jaqueline Santos

6.

EQUIDADE

Conheça a história da educação para relações étnico-raciais no Brasil

Política Nacional de Equidade visa aprimorar a implementação da Lei nº 10.639/2003 para superar desigualdade e racismo nas escolas. MEC investirá R\$ 2 bilhões para formação de 215 mil educadores

O Ministério da Educação (MEC) tem promovido ações e programas educacionais voltados para a superação das desigualdades étnico-raciais, com o intuito de avançar significativamente na construção de uma educação mais inclusiva e plural. Nesse sentido, a Pasta lançou, em 2024, a Política Nacional de Equidade, Educação para as Relações Étnico-Raciais e Educação Escolar Quilombola (Pneerq).

Coordenada pela Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização de Jovens e Adultos, Diversidade e Inclusão (Secadi), a política tem, entre suas metas, a formação de profissionais da educação para gestão e docência em educação para as relações étnico-raciais (Erer) e em educação escolar quilombola (EEQ). Assim, o MEC investirá, até 2027, R\$ 2 bilhões para formação de 215 mil gestores e professores em todo o país.

Outra meta da política é o reconhecimento de avanços institucionais de práticas educacionais antirracistas. Além disso, a política busca consolidar a EEQ com a implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola, instituídas pelo Conselho Nacional de Educação (CNE) por meio da Resolução nº 8/2012.

De acordo com a secretária da Secadi, Zara Figueiredo, a Pneerq surgiu em meio a desafios para a concretização da Erer e da EEQ na prática. Entre as dificuldades enfrentadas, estava a ausência de monitoramento da implementação da Lei nº 10.639/2003, que tornou obrigatório o ensino da história e cultura afro-brasileira e africana no currículo das escolas de educação básica. Mais tarde, essa legislação foi modificada pela Lei nº 11.645/2008, que incluiu o ensino da história e cultura indígena na obrigatoriedade. Por isso, a primeira ação da Política Nacional de Equidade foi realizar um levantamento das ações para o cumprimento dessas leis entre as redes de ensino de todo o país.

Fonte: MEC

De acordo com o texto e com os princípios da Educação para as Relações Étnico-Raciais (ERER), assinale a alternativa correta.

- a) O educador deve adotar práticas discriminatórias, pois, a partir delas, transformará positivamente o contexto educacional.
- b) A Educação para as Relações Étnico-Raciais (ERER) no Brasil surgiu de um processo histórico de luta e reconhecimento do racismo estrutural, impulsionado pelos movimentos negros e consolidado em políticas públicas e leis educacionais.
- c) A Educação para as Relações Étnico-Raciais (ERER) no Brasil surgiu ainda no século XIX, durante a abolição da escravidão, com práticas educacionais antirracistas.
- d) O principal objetivo da Educação para as Relações Étnico-Raciais é formar estudantes para o mercado de trabalho.
- e) Diante de práticas discriminatórias, o professor deve adotar uma postura neutra para não gerar conflitos no ambiente escolar.

7.

Política Nacional de Educação Escolar Indígena

A Política Nacional de Educação Escolar Indígena nos Territórios Etnoeducacionais (PNEEI-TEE) tem como finalidade promover a organização e a oferta de qualidade da Educação Escolar Indígena bilíngue, multilíngue, específica, diferenciada e intercultural, com respeito às especificidades e organizações etnoterritoriais dos povos indígenas.

O objetivo geral da política se relaciona a concretizar, na prática, a organização da Educação Escolar Indígena em Territórios Etnoeducacionais (TEEs), com a participação dos povos indígenas, observada a sua territorialidade e respeitada suas necessidades e especificidades sociais, históricas, culturais, ambientais e linguísticas, conforme orienta o Decreto 6.861/2009.

Fonte: MEC

Considerando a Educação Escolar Indígena, assinale a alternativa correta:

- a) A educação escolar indígena será organizada com a participação dos povos indígenas, observada a sua territorialidade e respeitando suas necessidades e especificidades.

- b) Não será reconhecida às escolas indígenas a condição de escolas com normas próprias e diretrizes curriculares específicas, voltadas ao ensino intercultural e bilíngue ou multilíngue.
- c) A escola indígena será criada por iniciativa ou reivindicação da comunidade interessada, com ou sem a sua anuência, respeitadas suas formas de representação.
- d) A formação de professores indígenas será desenvolvida no âmbito das instituições formadoras de professores e será orientada pelas diretrizes curriculares nacionais gerais da educação básica.
- e) A formação dos professores indígenas poderá ser feita subsequente à sua escolarização, bem como à sua atuação como professores.

8. A educação em direitos humanos é compreendida como um processo sistemático e multidimensional que orienta a formação do sujeito de direitos, articulando as seguintes dimensões:

- apreensão de conhecimentos historicamente construídos sobre direitos humanos e a sua relação com os contextos internacional, nacional e local;
- afirmação de valores, atitudes e práticas sociais que expressem a cultura dos direitos humanos em todos os espaços da sociedade;
- formação de uma consciência cidadã capaz de se fazer presente em níveis cognitivo, social, ético e político;
- desenvolvimento de processos metodológicos participativos e de construção coletiva, utilizando linguagens e materiais didáticos contextualizados;
- fortalecimento de práticas individuais e sociais que gerem ações e instrumentos em favor da promoção, da proteção e da defesa dos direitos humanos, bem como da reparação das violações.

Fonte: MDH

No que compete à educação em direitos humanos, assinale a alternativa correta.

- a) Cabe aos sistemas de ensino, gestores/as, professores/as e demais profissionais da educação, em todos os níveis e modalidades, envidar esforços para reverter essa situação construída historicamente.
- b) A Educação em Direitos Humanos, com a finalidade de promover a educação para a manutenção e educação neutra.
- c) A Educação em Direitos Humanos deve ser ofertada como disciplina específica da Educação Básica.
- d) A Educação em Direitos Humanos deverá orientar a formação inicial e continuada de todos os profissionais da educação, sendo componente curricular facultativo nos cursos destinados a esses profissionais.
- e) A Educação em Direitos Humanos deverá estar presente como disciplina específica formação inicial e continuada de todos os profissionais das diferentes áreas do conhecimento.

9.

RESOLUÇÃO Nº 4, DE 2 DE OUTUBRO DE 2009 (*)

Institui Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial.

Art. 3º A Educação Especial se realiza em todos os níveis, etapas e modalidades de ensino, tendo o AEE como parte integrante do processo educacional. Art. 4º Para fins destas Diretrizes, considera-se público-alvo do AEE:

I – Alunos com deficiência: aqueles que têm impedimentos de longo prazo de natureza física, intelectual, mental ou sensorial.

II – Alunos com transtornos globais do desenvolvimento: aqueles que apresentam um quadro de alterações no desenvolvimento neuropsicomotor, comprometimento nas relações sociais, na comunicação ou estereotípias motoras. Incluem-se nessa definição alunos com autismo clássico, síndrome de Asperger, síndrome de Rett, transtorno desintegrativo da infância (psicoses) e transtornos invasivos sem outra especificação.

III – Alunos com altas habilidades/superdotação: aqueles que apresentam um potencial elevado e grande envolvimento com as áreas do conhecimento humano, isoladas ou combinadas: intelectual, liderança, psicomotora, artes e criatividade.

Considerando as informações apresentadas a respeito da Educação Especial, avalie as afirmações a seguir.

- a) O atendimento complementar da Educação Especial é realizado para os estudantes com altas habilidades/superdotação.
- b) O atendimento suplementar da Educação Básica é realizado para os estudantes com deficiência e transtornos globais do desenvolvimento.
- c) O atendimento complementar da Educação Básica é realizado para os estudantes com deficiência e transtornos globais do desenvolvimento.
- d) O atendimento complementar da Educação Especial é realizado para os estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação.
- e) O AEE é realizado, prioritariamente, na sala de recursos multifuncionais da própria escola ou em outra escola de ensino regular, no turno da escolarização, não sendo substitutivo às classes comuns.

10.

DIÁLOGO

MEC debate obrigatoriedade de Libras na educação básica

Audiência pública promovida pela Comissão de Educação da Câmara dos Deputados ocorreu nesta terça-feira (16). Objetivo é colher subsídios para tramitação de projeto de lei que visa à inclusão de pessoas surdas

Atualizado em 17/09/2025 15h12

Nesta terça-feira, 16 de setembro, a Comissão de Educação da Câmara dos Deputados realizou uma audiência pública para discutir o Projeto de Lei (PL) nº 6.284, de 2019, que propõe a oferta do ensino da Língua Brasileira de Sinais (Libras) em todas as etapas da educação básica. O objetivo do encontro foi promover um

debate amplo e qualificado sobre o tema, que subsidie a tramitação do PL. A diretora de Políticas de Educação Bilíngue de Surdos do Ministério da Educação (MEC), Patrícia Luiza Ferreira Rezende-Curione, representou a pasta durante o evento.

Durante sua tramitação no Senado, o texto recebeu modificações por meio de uma emenda que incorporou à Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) a previsão de acesso ao ensino de Libras por estudantes ouvintes e familiares de surdos como forma de ampliar a inclusão dessa população. A proposta ganhou reforço técnico da Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos (Feneis), que defende um modelo educacional que respeite a singularidade da educação bilíngue de surdos, conforme já estabelecido pela Lei nº 14.191/2021, que altera a LDB para instituir essa modalidade de ensino.

Fonte: MEC

Com base nas informações apresentadas a respeito de Libras, assinale a alternativa correta.

- a) Somente algumas licenciaturas, nas diferentes áreas do conhecimento são considerados cursos de formação de professores e profissionais da educação para o exercício do magistério.
- b) A formação de docentes para o ensino de Libras nas séries finais do ensino fundamental, no ensino médio e na educação superior deve ser realizada em nível superior, em curso de graduação de licenciatura plena em pedagogia.
- c) Entende-se por educação bilíngue de surdos, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar oferecida em Língua Brasileira de Sinais (Libras), como primeira língua, e em português escrito, como segunda língua, em escolas bilíngues de surdos, classes bilíngues de surdos, escolas comuns ou em polos de educação bilíngue de surdos, para educandos surdos, surdo-cegos, com deficiência auditiva sinalizantes, surdos com altas habilidades ou superdotação ou com outras deficiências associadas, optantes pela modalidade de educação bilíngue de surdos.
- d) A oferta de educação bilíngue de surdos terá início na pré-escola, na educação infantil, e se estenderá ao longo da vida.

- e) Os sistemas de ensino assegurarão aos educandos surdos, surdo-cegos, com deficiência auditiva sinalizantes, surdos com altas habilidades ou superdotação ou com outras deficiências associadas materiais didáticos e professores bilíngues com formação e especialização adequadas, em nível médio e nível superior.

POLÍTICAS PÚBLICAS E ORGANIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA; EDUCAÇÃO SOCIOAMBIENTAL.

Carla Abreu

11. O Plano Nacional de Educação – PNE aprovado pela Lei Federal nº 13.005/2014 estabelece metas específicas para diferentes áreas da educação, da creche ao ensino superior. A Meta 19 prevê: assegurar condições, no prazo de 2 (dois) anos, para a efetivação da gestão democrática da educação, associada a critérios técnicos de mérito e desempenho e à consulta pública à comunidade escolar, no âmbito das escolas públicas, prevendo recursos e apoio técnico da União para tanto. De acordo com relatório do Inep, a partir do indicador 19B que trata da existência de colegiados intraescolares nas escolas brasileiras, assinale a alternativa incorreta:

- a) A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios organizarão, em regime de colaboração, os respectivos sistemas de ensino. A União incumbir-se-á de prestar assistência técnica e financeira aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios para o desenvolvimento de seus sistemas de ensino e o atendimento prioritário à escolaridade obrigatória, exercendo sua função redistributiva e supletiva.
- b) O Conselho Escolar é um órgão consultivo, composto do Diretor da Escola, membro nato, e de representantes das comunidades escolar e local, eleitos por seus pares nas categorias de professores, orientadores educacionais, supervisores e administradores escolares;

servidores públicos que exerçam atividades administrativas na escola; estudantes; pais ou responsáveis e membros da comunidade local.

c) Estimular a constituição e o fortalecimento de conselhos escolares e conselhos municipais de educação, como instrumentos de participação e fiscalização na gestão escolar e educacional, inclusive por meio de programas de formação de conselheiros, assegurando-se condições de funcionamento autônomo é uma estratégia para alcance da meta 19.

d) A participação das comunidades escolar e local em Conselhos Escolares e em Fóruns dos Conselhos Escolares ou equivalentes é um dos princípios em que a Gestão Democrática se baliza.

e) A cada 2 anos, ao longo do período de vigência do PNE, o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP publicará estudos para aferir a evolução no cumprimento das metas estabelecidas no Anexo da Lei em referência, com informações organizadas por ente federado e consolidadas em âmbito nacional, tendo como referência os estudos e as pesquisas tratados na norma, sem prejuízo de outras fontes e informações relevantes.

12. A LDB, em seu artigo 3º, estabelece como um dos princípios do ensino a “gestão democrática do ensino público”. Considerando esse princípio, analise a situação a seguir:

Uma escola pública municipal decide implementar um projeto pedagógico sem consultar os professores, estudantes ou responsáveis. A decisão é tomada exclusivamente pela direção, com base em orientações da secretaria municipal de educação.

Com base na LDB, essa conduta:

- a) Está correta, pois a direção tem autonomia para definir o projeto pedagógico.
- b) Está parcialmente correta, desde que o projeto esteja alinhado à BNCC.
- c) Contraria o princípio da gestão democrática, pois exclui a participação da comunidade escolar.

d) É válida apenas se houver aprovação do Conselho Nacional de Educação.

e) Está correta, desde que os professores sejam informados posteriormente.

13. A educação socioambiental tem ganhado destaque nas políticas públicas educacionais brasileiras, sendo reconhecida como parte fundamental da formação cidadã. Ela está prevista em legislações específicas e nas diretrizes curriculares nacionais, com o objetivo de promover uma consciência crítica sobre os desafios ambientais e sociais contemporâneos. Nesse contexto, avalie a situação a seguir:

Uma escola pública decide excluir temas relacionados ao meio ambiente de seu currículo, alegando que não fazem parte das disciplinas obrigatórias e que não há tempo para abordá-los.

Essa decisão:

- a) Está correta, pois a educação ambiental é uma disciplina optativa.
- b) Contraria as diretrizes nacionais, que preveem a educação ambiental como prática educativa contínua e integrada.
- c) É válida apenas se houver projetos extracurriculares sobre o tema.
- d) Está correta, desde que os conteúdos sejam abordados em outras disciplinas.
- e) É permitida, desde que aprovada pelo Conselho Escolar.

14. As diretrizes para educação ambiental incluem princípios como transversalidade, sustentabilidade, democracia e participação social, conforme a Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA) e legislação mais recente. A legislação exige que a educação ambiental seja integrada de forma contínua em todos os níveis de ensino, abordando temas como mudanças climáticas, biodiversidade e riscos socioambientais a partir de 2025, para formar cidadãos conscientes e capazes de tomar decisões sustentáveis. A partir do que se apresenta, identifique a assertiva que não é coerente com as políticas públicas vigentes.

- a) A promoção dos princípios do respeito aos direitos humanos, à diversidade e à sustentabilidade socioambiental representa uma diretriz do PNE aprovado pela Lei nº 13.005/2014.
- b) Entende-se por educação ambiental na educação escolar a desenvolvida no âmbito dos currículos das instituições de ensino públicas e privadas, englobando a educação básica, a educação superior, a educação especial, a educação profissional e a educação de jovens e adultos.
- c) A Educação Ambiental será desenvolvida como uma prática educativa integrada, contínua e permanente em todos os níveis e modalidades do ensino formal. E não deve ser implantada como disciplina específica no currículo de ensino.
- d) Argumentar com base em fatos, dados e informações confiáveis, para formular, negociar e defender ideias, pontos de vista e decisões comuns que respeitem e promovam os direitos humanos, a consciência socioambiental e o consumo responsável em âmbito local, regional e global, com posicionamento ético em relação ao cuidado de si mesmo, dos outros e do planeta representa uma competência geral indicada na BNCC.
- e) A Educação Ambiental visa à construção de conhecimentos, ao desenvolvimento de habilidades, atitudes e valores sociais, ao cuidado com a comunidade de vida, a justiça e a equidade socioambiental, e a proteção do meio ambiente natural e construído. É construída com

responsabilidade cidadã, na reciprocidade das relações dos seres humanos entre si e com a natureza. Caracteriza-se em atividade neutra, pois envolve valores, interesses, visões de mundo e, desse modo, deve assumir na prática educativa, de forma articulada e interdependente, as suas dimensões política e pedagógica.

**IDENTIDADE E ESPECIFICIDADES DO
TRABALHO DOCENTE; TECNOLOGIAS DA
COMUNICAÇÃO E INFORMAÇÃO NAS
PRÁTICAS EDUCATIVAS; METODOLOGIA DE
PESQUISA EM EDUCAÇÃO E ENSINO.
POLÍTICAS PÚBLICAS E FINANCIAMENTO DA
EDUCAÇÃO BRASILEIRA; HISTÓRIA DA
EDUCAÇÃO**

Mardem Ribeiro

TEXTO:

MEC abrirá consulta pública sobre IA na educação.

De 10 a 29 de outubro, a plataforma Brasil Participativo receberá sugestões para a construção coletiva de um referencial orientador para o uso ético e seguro da inteligência artificial na educação. O Ministério da Educação (MEC) publicou nesta quarta-feira, 8 de outubro, um aviso de consulta pública para coleta de contribuições e sugestões da sociedade civil que auxiliarão a construir o referencial para desenvolvimento e uso responsáveis de inteligência artificial na educação. A consulta ficará aberta de 10 a 29 de outubro, na plataforma Brasil Participativo (...). O referencial definirá fundamentos e salvaguardas para que a tecnologia seja uma aliada da aprendizagem e não uma ameaça aos processos educacionais. Entre as diretrizes, estarão a adoção de medidas como supervisão humana significativa em todas as etapas; alinhamento às finalidades pedagógicas; transparência e explicabilidade dos sistemas; governança e segurança de dados com avaliação de impacto algorítmico; compras públicas responsáveis; e formação continuada de professores e gestores.

Fonte: <https://www.gov.br/mec/pt-br/assuntos/noticias/2025/outubro/mec-abrira-consulta-publica-sobre-ia-na-educacao>

15. Considerando a função pedagógica das TICs e a proposta do MEC, assinale a alternativa que melhor traduz uma possível aplicação prática desse referencial no cotidiano escolar.

- a) Utilizar a inteligência artificial como substituta do professor, garantindo maior eficiência e redução de custos no processo educacional.
- b) Adotar sistemas de IA sem supervisão humana, desde que previamente validados por órgãos técnicos especializados.
- c) Restringir o uso da inteligência artificial apenas a atividades administrativas, sem impacto direto no processo de ensino-aprendizagem.
- d) Integrar a inteligência artificial como ferramenta de apoio ao planejamento pedagógico e à personalização da aprendizagem, assegurando transparência, segurança de dados e formação continuada dos docentes.
- e) Implementar a inteligência artificial exclusivamente para fins de acessibilidade, sem considerar outras dimensões do processo educativo.

TEXTO:

Possibilidades de aplicação da realidade aumentada na educação.

Veja as possibilidades de uso da realidade aumentada na educação e na capacitação dos seus colaboradores.

As tecnologias têm possibilitado novas formas de interação em sala de aula. (...) A realidade aumentada (RA) mistura o virtual com o real e o usuário pode visualizar objetos virtuais no contexto real, mas por meio de dispositivos eletrônicos. (...)

No ensino de reações químicas, por exemplo, existem aplicativos com realidade aumentada que permitem que o aluno veja em 3D como acontecem substituições em reações químicas e como se formam os produtos resultantes dessas reações. Essa visualização altera favoravelmente a percepção desses processos de aprendizagem.

A realidade aumentada também pode ser utilizada no ensino da anatomia, permitindo que os alunos façam uma viagem tridimensional e imersiva por cada órgão ou

sistema do corpo humano. É uma forma de adquirir um conhecimento visual da estrutura e função de cada órgão.

Outra aplicação é no ensino da astronomia. Um sistema imersivo tridimensional pode mostrar associações espaciais pequenas de grandes sistemas, representando de forma mais concreta a estrutura do universo.

Também é possível acessar aplicativos gratuitos de realidade aumentada para celulares, que podem ser usados na aprendizagem de diversos profissionais: (...)

Fonte: <https://sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/artigos/possibilidades-de-aplicacao-da-realidade-aumentada-na-educacao,19f19b3af3fc5810VgnVCM1000001b00320aRCRD>

16. A realidade aumentada (RA) tem sido explorada como recurso pedagógico em diferentes áreas do conhecimento. Ao integrar o virtual ao real, ela amplia as possibilidades de visualização e interação com conteúdos complexos. Considerando os princípios da integração das TICs na prática docente, qual das situações abaixo representa o uso mais adequado da RA para promover aprendizagem significativa?

- a) Utilizar a RA para substituir a explicação do professor em conteúdos abstratos, garantindo que os alunos aprendam de forma autônoma e sem mediação docente.
- b) Empregar a RA como recurso complementar, permitindo que os estudantes explorem fenômenos invisíveis a olho nu, como reações químicas ou estruturas anatômicas, articulando a experiência virtual com discussões orientadas pelo professor.
- c) Incorporar a RA em atividades de forma esporádica e desvinculada dos objetivos curriculares, como estratégia de motivação e entretenimento dos alunos.
- d) Preferir o uso da Realidade Virtual (RV) em vez da RA, por ser mais imersiva, ainda que não esteja diretamente vinculada aos objetivos pedagógicos do conteúdo.
- e) Restringir o uso da RA a disciplinas de Ciências Naturais, já que sua aplicação em áreas como História ou Geografia não favorece aprendizagens significativas.

TEXTO:

A pesquisa é uma atividade humana, cujo propósito é descobrir respostas para as indagações ou questões significativas que são propostas. Para iniciar uma pesquisa, faz-se necessário um problema, para o qual se busca uma resposta ou solução através da utilização do método científico. Muitas vezes não é fácil chegar à solução de problemas. Temos que observar, examinar minuciosamente, avaliar e analisar criticamente, para depois sugerirmos uma solução. A pesquisa é um procedimento reflexivo sistemático, controlado e crítico, que permite descobrir novos fatos ou dados, relações ou leis, em qualquer campo do conhecimento.

Fonte: SILVA, Airton Marques da. Metodologia da pesquisa. 2. ed. rev. Fortaleza: EDUECE, 2015. 108 p. ISBN 978-85-7826-568-7. Disponível em: <https://educapes.capes.gov.br/bitstream/capes/432206/2/Livro_Metodologia%20da%20Pesquisa%20-%20Comum%20a%20todos%20os%20cursos.pdf>. Acesso em: 13 out. 2025.

17. O texto de Silva (2015) destaca que a pesquisa é um procedimento reflexivo, sistemático e crítico, voltado à solução de problemas e à descoberta de novos fatos ou relações. No campo da educação, diferentes tipos de pesquisa podem ser utilizados, cada um com finalidades específicas. Considerando os tipos de pesquisa e sua aplicação prática, assinale a alternativa que apresenta o tipo de pesquisa mais adequado para investigar em profundidade a realidade de uma escola pública que busca compreender os fatores que influenciam o baixo desempenho dos alunos em leitura e escrita.

- a) Pesquisa bibliográfica, pois permite reunir teorias e conceitos já publicados sobre alfabetização, sem necessidade de contato com a realidade escolar.
- b) Pesquisa experimental, pois possibilita manipular variáveis em laboratório para verificar os efeitos de diferentes métodos de ensino da leitura.
- c) Estudo de caso, pois possibilita analisar de forma detalhada e contextualizada a realidade da escola, considerando múltiplas variáveis e perspectivas.
- d) Pesquisa exploratória, pois se restringe a levantar hipóteses iniciais, sem aprofundar a análise da situação concreta.

e) Pesquisa descritiva, pois se limita a registrar dados estatísticos sobre o desempenho dos alunos, sem análise aprofundada do contexto.

TEXTO:

O Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) destina anualmente recursos financeiros em caráter suplementar às escolas participantes a fim de contribuir para o provimento de suas necessidades prioritárias, tais como:

- garantia do funcionamento desses estabelecimentos;
- promoção de melhorias em sua infraestrutura física e pedagógica;
- incentivo à autogestão escolar e ao exercício da cidadania com a participação da comunidade no controle social.

FONTE <https://www.gov.br/mec/pt-br/pdde>

18. Uma escola pública municipal deseja ampliar o acesso à internet e integrar recursos digitais ao processo de ensino-aprendizagem. Para isso, pretende recorrer ao PDDE. Com base nas Ações Integradas, qual programa é o mais adequado para atender essa demanda?

- a) Programa Sala de Recursos Multifuncionais.
- b) Programa Nacional de Conectividade Escolar.
- c) Programa Escola Digital Integrada.
- d) Programa Escola das Adolescências.
- e) Programa de Inovação Educação Conectada.

19. O artigo 212 da Constituição Federal estabelece percentuais mínimos da receita de impostos a serem aplicados pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios na manutenção e desenvolvimento do ensino. Seus parágrafos detalham aspectos importantes sobre a destinação e fiscalização desses recursos.

Com base nesse artigo e seus desdobramentos, assinale a alternativa correta:

- a) Os recursos transferidos pela União aos Estados e Municípios são contabilizados como receita do ente que os transfere, para efeito do cálculo do percentual mínimo em educação.
- b) É permitido o uso dos recursos vinculados à manutenção e desenvolvimento do ensino para pagamento de aposentadorias e pensões de servidores da educação, desde que aprovados em lei estadual ou municipal.
- c) A contribuição social do salário-educação constitui fonte adicional de financiamento da educação básica pública, sendo recolhida pelas empresas na forma da lei.
- d) Os programas suplementares de alimentação e assistência à saúde dos estudantes são financiados exclusivamente com os recursos mínimos vinculados à educação previstos no caput do artigo 212.
- e) A distribuição dos recursos públicos destinados à educação não precisa observar critérios de equidade ou qualidade, apenas a universalização do ensino obrigatório.

20. O Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova (1932) defendia princípios como escola pública, gratuita, obrigatória e laica, além da valorização da formação integral do estudante. Décadas depois, a Constituição Federal de 1988 incorporou a educação como direito social, estabelecendo garantias legais para sua universalização e qualidade.

Nesse contexto histórico, qual alternativa expressa corretamente a relação entre esses dois marcos da educação brasileira?

Com base nesse artigo e seus desdobramentos, assinale a alternativa correta:

- a) O Manifesto de 1932 defendia a privatização do ensino como forma de ampliar o acesso, ideia posteriormente incorporada pela Constituição de 1988.
 - b) A Constituição de 1988 rompeu com os ideais do Manifesto de 1932, ao retirar da educação o caráter de direito social e transferi-la para a iniciativa privada.
 - c) A Constituição de 1988 consolidou princípios já defendidos no Manifesto de 1932, como a gratuidade, obrigatoriedade e laicidade da educação, reconhecendo-a como direito de todos e dever do Estado.
 - d) O Manifesto de 1932 e a Constituição de 1988 tratam de contextos distintos e não apresentam pontos de convergência em relação à educação pública.
 - e) Tanto o Manifesto de 1932 quanto a Constituição de 1988 restringiram a educação obrigatória apenas ao ensino superior, como forma de garantir qualidade.
-

PLANEJAMENTO, ORGANIZAÇÃO E GESTÃO DEMOCRÁTICA EDUCACIONAL EM ESPAÇO ESCOLAR E NÃO ESCOLAR; PRÁTICAS DE ARTICULAÇÃO ENTRE ESCOLA, FAMÍLIA, COMUNIDADE E MOVIMENTOS SOCIAIS.*Leandro Thomazini*

21. A Escola Municipal "Coruja" possui um Projeto Político-Pedagógico (PPP) elaborado há mais de uma década, que serve basicamente como um documento formal para atender às exigências da Secretaria de Educação. Diante dos baixos índices de aprendizagem e da evasão escolar, a nova diretora, inspirada nas reflexões de Ilma Passos Veiga, propõe à comunidade escolar um processo de reelaboração do PPP. Ela defende que este não pode ser um simples "cardápio de boas intenções" ou um aglomerado de projetos desconexos, mas deve se constituir como a própria identidade da escola, orientando todas as suas ações. No entanto, alguns professores resistem, argumentando que é "mais um trabalho burocrático" que tomará o tempo já escasso para o planejamento de aulas.

Considerando a perspectiva de Ilma Passos Veiga sobre o PPP, analise as afirmativas a seguir:

- I. O PPP é um documento estático, que uma vez construído, deve ser seguido à risca para garantir a estabilidade e uniformidade do trabalho pedagógico ao longo dos anos.
- II. A construção do PPP é um processo contínuo de reflexão e ação, que exige a participação coletiva de todos os segmentos da escola para diagnosticar problemas e definir rumos.
- III. O PPP, na visão de Veiga, possui uma dimensão política indissociável da pedagógica, pois expressa um compromisso com a formação humana e a transformação social.
- IV. A eficácia do PPP mede-se primordialmente pela sua conformidade com os modelos padronizados fornecidos pelos sistemas de ensino, garantindo alinhamento técnico.

Assinale a alternativa correta:

- a) Apenas as afirmativas I e IV estão corretas.
- b) Apenas as afirmativas II e III estão corretas.
- c) Apenas as afirmativas I, II e III estão corretas.

- d) Apenas as afirmativas III e IV estão corretas.
- e) Apenas a afirmativa II está correta.

22. A Escola Estadual "Rumo à aprovação" iniciou o processo de revisão do seu Projeto Político-Pedagógico (PPP). O diretor, entendendo ser esta uma atribuição exclusiva da equipe técnico-pedagógica, redigiu um novo documento e o submeteu ao Conselho Escolar apenas para homologação final. Os conselheiros, formados por professores, funcionários, pais e estudantes, manifestaram descontentamento, argumentando que a LDB assegura sua participação efetiva na construção do projeto da escola. Eles reivindicam um processo de discussão coletiva, desde a diagnose da realidade até a definição de metas e prioridades educacionais.

Considerando o disposto na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB - Lei nº 9.394/1996) sobre a gestão democrática, analise as afirmativas a seguir:

- I. A LDB vincula explicitamente a gestão democrática à participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares, com atribuições deliberativas sobre o PPP.
- II. O texto da lei define que a elaboração do PPP é uma competência exclusiva dos docentes e da direção da escola, cabendo ao Conselho Escolar um papel apenas consultivo.
- III. A participação do Conselho Escolar na construção do PPP concretiza o princípio da gestão democrática, permitindo que o projeto reflita os anseios e as necessidades da comunidade.
- IV. A LDB estabelece um modelo único e obrigatório de Conselho Escolar para todas as redes, detalhando sua composição e suas atribuições específicas quanto ao PPP.

Assinale a alternativa correta:

- a) Apenas as afirmativas I e II estão corretas.
- b) Apenas a afirmativa III está correta.
- c) Apenas as afirmativas II e IV estão corretas.
- d) Apenas as afirmativas I, III e IV estão corretas.
- e) Apenas as afirmativas I e III estão corretas.

23. Em uma escola de ensino médio, o Grêmio Estudantil propôs à direção a criação de uma comissão mista, com representantes discentes e docentes, para discutir e propor melhorias no Regimento Escolar, especialmente nos itens que tratam de métodos de avaliação e atividades complementares. A direção da escola, no entanto, negou o pedido, argumentando que "assuntos de natureza pedagógica e disciplinar são de competência exclusiva dos adultos e profissionais da educação".

Considerando os dispositivos legais que regem a educação nacional e os princípios da gestão democrática, analise as afirmativas a seguir:

- I. A participação dos estudantes é um princípio constitucional e deve ser exercida por meio de grêmios estudantis, que têm o direito de se manifestar sobre questões didático-pedagógicas que lhes dizem respeito.
- II. A Lei nº 9.394/1996 (LDB) assegura aos estudantes a incumbência de colaborar na articulação entre a escola e a família, mas não prevê sua participação em instâncias de deliberação pedagógica.
- III. A decisão da direção está correta, pois os estudantes, por serem menores de idade, não possuem estatuto legal para contribuir em discussões sobre o projeto pedagógico da escola.
- IV. O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) garante à criança e ao adolescente o direito de opinião e participação na vida familiar, comunitária e política, o que, por analogia, inclui a vida escolar.

Assinale a alternativa correta:

- a) Apenas as afirmativas I e II estão corretas.
- b) Apenas as afirmativas I e III estão corretas.
- c) Apenas as afirmativas I e IV estão corretas.
- d) Apenas as afirmativas I, II e III estão corretas.
- e) Apenas a afirmativa IV está correta.

24. A Secretaria Municipal de Educação de Horizonte implementou uma política de integração entre as escolas da rede e os territórios onde estão inseridas. Por meio dessa política, projetos de hortas comunitárias, rodas de conversa sobre direitos humanos promovidas por ONGs e aulas de cultura digital em telecentros tornaram-se parte do currículo escolar, com o objetivo de enriquecer a formação dos estudantes e conectar os saberes acadêmicos às realidades sociais.

Analise as asserções a seguir sobre essa iniciativa:

- I. A integração proposta entre a escola e as ações de movimentos sociais e ONGs constitui uma potente estratégia formativa,

PORQUE

- II. a educação não formal, típica desses espaços, caracteriza-se por sua intencionalidade e organização sistemática, complementando a educação formal ao trabalhar saberes, valores e competências a partir de demandas concretas da comunidade.

Assinale a alternativa correta:

- a) As asserções I e II são proposições verdadeiras, e a II é uma justificativa correta da I.
- b) As asserções I e II são proposições verdadeiras, mas a II não é uma justificativa correta da I.
- c) A asserção I é uma proposição verdadeira, e a II é uma proposição falsa.
- d) A asserção I é uma proposição falsa, e a II é uma proposição verdadeira.
- e) As asserções I e II são proposições falsas.

25. Na Escola Estadual "Recanto da Coruja", foi instituído o "Dia da Família na Escola", uma vez por bimestre, onde os responsáveis participam de oficinas, acompanham apresentações culturais e conversam com os professores. Apesar do sucesso do evento em termos de frequência, a equipe pedagógica percebeu que as discussões sobre o Projeto Político-Pedagógico (PPP) e as reuniões do Conselho Escolar, que tratam de decisões importantes, ainda têm uma participação familiar muito baixa. Preocupados em estabelecer uma parceria mais efetiva e não apenas festiva, a escola decidiu reformular sua estratégia.

Considerando os princípios da gestão democrática e o papel da família na educação, conforme a LDB, analise as alternativas a seguir e assinale a que apresenta a ação MAIS adequada para promover a corresponsabilidade educacional e a participação qualificada das famílias.

- a) Intensificar a divulgação apenas dos eventos festivos, pois estes atraem as famílias para o ambiente escolar, criando um vínculo inicial que pode ser aprofundado posteriormente.
- b) Restringir a participação das famílias nas decisões pedagógicas, uma vez que a baixa frequência comprova o desinteresse, delegando essa função exclusivamente aos profissionais da educação, que são os especialistas.
- c) Criar ciclos de formação para as famílias, em horários alternativos, sobre temas como a estrutura da LDB, a importância do PPP e o funcionamento do Conselho Escolar, convidando-as a integrar essas instâncias de forma consciente e propositiva.
- d) Substituir a participação presencial das famílias por pesquisas de opinião online sobre assuntos pedagógicos, garantindo assim sua opinião sem a necessidade de deslocamento e comprometendo menos seu tempo.
- e) Manter a estratégia atual, pois a participação em eventos culturais já cumpre o disposto na LDB e é o máximo que se pode esperar da maioria das famílias, dada sua rotina de trabalho.

FILOSOFIA DA EDUCAÇÃO; SOCIOLOGIA DA EDUCAÇÃO; PSICOLOGIA DA EDUCAÇÃO; DIDÁTICA E METODOLOGIAS DE ENSINO; LETRAMENTO CIENTÍFICO; IMPLEMENTAÇÃO E AVALIAÇÃO DE CURRÍCULOS, PROGRAMAS EDUCACIONAIS E PROJETOS POLÍTICO-PEDAGÓGICOS.

Otávio Prado

26. As diferentes concepções pedagógicas marxistas possuem distintas abordagens didáticas em sala de aula. José Carlos Libâneo (1945-) conceituou a Pedagogia Crítico-Social dos Conteúdos: vínculo entre realidade e saber formalizado. Dermeval Saviani (1943-) conceituou a Pedagogia Histórico-Crítica: foco na prática social do estudante. De acordo com a teoria desses autores, as suas pedagogias possuem características próprias. Os aspectos didáticos também são diferenciados, embora a base filosófica seja materialista histórico-dialética. Nesse sentido, analise as assertivas abaixo sob o prisma da filosofia da educação e da didática:

- I – A Pedagogia Crítico-Social dos Conteúdos possui fundamentos na relação entre Marx e Proudhon. Por isso, é considerada uma abordagem educativa progressista e libertária.
- II – A Pedagogia Histórico-Crítica considera a prática social como início e fim do processo didático. De outro modo, a Pedagogia Crítico-Social dos Conteúdos apenas relaciona os conhecimentos historicamente sistematizados pela humanidade com a realidade social do educando.
- III – A Pedagogia Histórico-Crítica é a superação da dicotomia entre a Pedagogia Tradicional e a Escola Nova, uma vez que essas concepções colocam em oposição o professor e o aluno, respectivamente. Na visão de Saviani, o fim desse impasse é focado na prática social como ação didática.
- IV – A Pedagogia Crítico-Social dos Conteúdos realiza o vínculo entre realidade social e os saberes formalizados. Se pouco estudada para a sua aplicação, essa abordagem pode gerar

incompreensões no corpo docente. Isso pode gerar o foco excessivo nos “conteúdos curriculares”.

V – A Pedagogia Histórico-Crítica relativiza os conhecimentos historicamente acumulados pela humanidade, pois concentra as ações didáticas na prática social.

É correto apenas o que se afirma em:

- a) II, III e IV estão corretas.
- b) I, II, III e IV estão corretas.
- c) II, III, IV e V estão corretas.
- d) I, IV e V estão corretas.
- e) I, II, III, IV, V estão corretas.

27. Karl Manmheim (1893-1947) e István Mészáros (1930-2017) são dois sociólogos que dialogam muito com a educação. Apesar de ambos terem vivido no século XX, os autores possuem conceitos diferentes sobre o processo de escolarização. A partir do enunciado apresentado, avalie as afirmativas a seguir, o pensamento dos autores citados e a relação de causalidade entre as sentenças.

I. Karl Manmheim e István Mészáros são autores alinhados teoricamente em suas propostas para a escolarização.

PORQUE

II. O primeiro realça que o conhecimento é veiculado socialmente, tendo as instituições sociais um papel relevante. O segundo critica o papel da escola e dos saberes como subservientes ao capital e à ideologia capitalista.

A respeito dessas afirmativas e o uso da conjunção “porque”, assinale a opção correta.

- a) A afirmativa I está correta sobre o antagonismo dos autores, sendo a justificativa da afirmativa II válida.
- b) A afirmativa I está incorreta sobre o alinhamento dos autores, sendo a justificativa da afirmativa II válida sobre os conceitos dos sociólogos. Porém, a afirmativa II é inválida na composição da relação causal entre as sentenças.

c) A afirmativa I está correta sobre o alinhamento dos autores, sendo a justificativa da afirmativa II válida sobre os conceitos dos pensadores.

d) A afirmativa I está correta sobre o antagonismo dos autores, sendo a justificativa da afirmativa II incompleta.

e) As afirmativas I e II não possuem problemas de coesão textual. Em outras palavras, não haveria efeito de 'estranhamento' ou falta de entendimento do assunto tratado.

28. A Psicologia da Educação tem propiciado diversas visões sobre o ensinar e o aprender. Por isso, há uma diversidade de teorias psicológicas em sala de aula. Nesse sentido, analise as assertivas abaixo de acordo com as linhas teóricas dos autores:

I – Jerome Bruner (1915-2016) não é alinhado com o behaviorismo. A sua preocupação é a aprendizagem do aluno pela descoberta intelectual de diferentes temas e disciplinas.

II – David Ausubel (1918-2008) fundamenta a aprendizagem significativa, pois, para ele, um novo conhecimento só possui sentido ao estar conectado a outro.

III – Howard Gardner (1943) afirma a teoria das inteligências afetivas, já que, para o autor, o aluno não poderia apenas ser avaliado pelo aspecto cognitivo.

IV – Erik Erikson (1902-1994) fundamenta uma parte da teoria psicossocial. Ele estabelece estágios baseados em crises vivenciais de cada pessoa, relacionados aos contextos etários.

V – Serge Moscovici (1928-2014) estabeleceu o conceito de representação social. Essa abordagem explica as diferentes formas de construção do senso comum ou do saber cotidiano.

É correto apenas o que se afirma em:

- a) I, II, III, IV e V
- b) I, II, III e IV
- c) I, II, IV e V
- d) III, IV e V
- e) III e V

29. Sobre didática, metodologia de ensino e letramento científico analise as afirmativas a seguir. Escolha a alternativa correta.

- a) A didática freiriana não pode estar associada à teoria humanista, pois a pedagogia libertadora possui aplicação em larga escala em sala de aula. Por isso, o uso de bons livros didáticos é essencial neste modelo educativo.
- b) A didática e a formação de professores não podem estabelecer mudanças no ensino de ciências exatas, ciências humanas e ciências da natureza, uma vez que o letramento científico é apriorístico na formação do docente.
- c) O letramento científico pode ser definido exclusivamente pela capacidade de compreender conceitos básicos da ciência. Assim, de forma prioritária, a didática deve focar na formação da cultura científica do estudante.
- d) O letramento científico pode ser definido como o uso social de conceitos científicos. Por isso, a didática oferece caminhos para a inserção do aluno na metodologia científica e na divulgação da ciência.
- e) Na educação básica, didática e letramento científico são conceitos não complementares, pois o mundo letrado da ciência somente pode ser ensinado na educação superior.

30. Sobre a implementação de avaliação de currículos, avaliação programas educacionais e projetos político-pedagógicos, analise as situações descritas das escolas abaixo:

Professor A: O professor A motivou a autoavaliação realizada pelos estudantes, bem como ajudou em outras avaliações, com diferentes instrumentos, realizadas pelos próprios docentes. O currículo ficou baseado na identidade dos adolescentes e na inserção deles no mundo atual. Além disso, do ponto de vista político, organizou a participação do conselho por famílias não heteronormativas. Sendo assim, o projeto político-pedagógico teve uma ampla diversidade e pluralidade em sua execução na escola.

Professor B: O professor B elaborou com os colegas as avaliações no início das unidades didáticas. Todas essas avaliações serviram para indicar os conhecimentos prévios dos alunos. Como consequência, o currículo escolar é baseado na legitimidade dos saberes: a razão da inclusão ou não de determinados conteúdos novos em sala de aula, conforme o contexto pedagógico das turmas. Além disso, incentivou a participação das famílias, a fim de que todas pudessem ajudar na construção do projeto político-pedagógico.

Professor C: O professor C organizou com a comunidade escolar proposta única curricular, a fim de garantir acesso dos filhos da classe trabalhadora ao ENEM (Exame Nacional do Ensino Médio). Da mesma forma, ele propôs simulados rotineiros, para que os professores estivessem alinhados com a aprovação dos alunos na educação superior. Dessa forma, o projeto político-pedagógico foi alinhado com o texto proposto pela direção, com a finalidade de garantir a coerência entre as ações didáticas em sala de aula e o documento oficial da escola.

A respeito das situações escolares, assinale a opção correta sobre as teorias curriculares, as teorias sobre avaliação e as teorias sobre o projeto político-pedagógico.

- a) Professor A: teoria curricular pós-moderna, avaliação formativa com autoavaliação e projeto político-pedagógico hierarquizado.
- b) Professor B: teoria curricular crítica, avaliação formativa e projeto político-pedagógico democrático.
- c) Professor C: teoria curricular tradicional, avaliação diagnóstica e projeto político-pedagógico autoritário.
- d) Professor B: teoria curricular tradicional, avaliação diagnóstica e projeto político-pedagógico com democrático.
- e) Professor C: teoria curricular tradicional, avaliação somativa e projeto político-pedagógico hierarquizado.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS**COMPONENTE ESPECÍFICO - CIÊNCIAS SOCIAIS***Alê Lopes***31. Texto I**

Olhamos o homem alheio às atividades públicas não como alguém que cuida apenas de seus próprios interesses, mas como um inútil; nós, cidadãos atenienses, decidimos as questões públicas por nós mesmos na crença de que não é o debate que é empecilho à ação, e sim o fato de não se estar esclarecido pelo debate antes de chegar a hora da ação.

TUCÍDIDES. História da Guerra do Peloponeso. Brasília: UnB, 1987 (adaptado).

Texto II

Um cidadão integral pode ser definido por nada mais nada menos que pelo direito de administrar justiça e exercer funções públicas; algumas destas, todavia, são limitadas quanto ao tempo de exercício, de tal modo que não podem de forma alguma ser exercidas duas vezes pela mesma pessoa, ou somente podem sê-lo depois de certos intervalos de tempo prefixados.

ARISTÓTELES. Política. Brasília: UnB, 1985.

Com base nos textos e nos fundamentos da teoria política clássica, pode-se afirmar que a concepção de cidadania proposta por Tucídides e Aristóteles:

- a) valoriza a participação coletiva como condição para a liberdade, mas reconhece que o debate público atrasa o processo político e enfraquece a democracia.
- b) relaciona cidadania ao exercício ativo das funções públicas, destacando o debate e a rotatividade como mecanismos de preservação do interesse comum.

- c) limita a cidadania às elites econômicas e militares, justificando a exclusão de grupos sociais considerados improdutivos para a pólis.
- d) defende que a verdadeira cidadania depende da busca individual pela virtude, sendo o envolvimento político visto como atividade secundária.
- e) defende que a cidadania consiste principalmente na obediência às leis e na lealdade ao governante, sendo a deliberação pública reservada aos magistrados e às elites políticas.

32. “O habitus são princípios geradores de práticas distintas e distintivas – o que o operário come e, sobretudo, sua maneira de comer, o esporte que pratica e sua maneira de praticá-lo, suas opiniões políticas e sua maneira de expressá-las diferem sistematicamente do consumo ou das atividades correspondentes do empresário industrial; mas são também esquemas classificatórios, princípios de classificação, princípios de visão e de divisão e gostos diferentes.”

(BOURDIEU, Pierre. Razões práticas. In: TOMAZI, Nelson Dacio. Sociologia para o ensino médio. São Paulo: Saraiva, 2010, p. 31. Adaptado.)

Com base no conceito de habitus segundo Pierre Bourdieu, as diferenças culturais entre grupos sociais resultam da

- a) liberdade plena dos sujeitos na escolha de seus gostos e estilos de vida.
- b) reprodução de disposições incorporadas historicamente e vinculadas à posição social.
- c) padronização do comportamento social a partir das normas impostas pelo Estado.
- d) eliminação das distinções entre as classes em sociedades democráticas modernas.
- e) negação da influência da origem social na formação das preferências individuais.

33. Na década de 1970, o grande sucesso direcionado à criançada era o Sítio do Pica Pau Amarelo, baseado na obra homônima do escritor Monteiro Lobato, sempre preocupado com a formação do homem brasileiro. No final dos anos 80, os “baixinhos e baixinhas” do Brasil ganhavam uma nova “educadora”: Xuxa. Os quadros do novo programa distanciavam-se das exigências éticas antes presentes no Sítio e trabalhavam para produzir não um cidadão, mas uma criança despreparada para tomar decisões autônomas e mais próxima de assumir o papel de consumidora, especialmente dos vários produtos da logomarca da apresentadora.

BUENO, Ironildes; LUSTOSA, Rogério. República do entretenimento. Goiânia: Editora Alternativa, 2003, p. 41.

O texto apresenta uma reflexão crítica sobre a forma como programas infantis televisivos contribuíram para a formação de subjetividades no Brasil, especialmente no que diz respeito à passagem do Sítio do Pica Pau Amarelo para o programa da Xuxa. A análise revela mudanças no papel social da mídia. Com base nisso, e considerando as discussões das Ciências Sociais sobre cultura, educação e indústria cultural no Brasil, é correto afirmar que a transição apresentada no texto expressa

- a) a substituição de uma cultura nacional-popular por uma cultura elitista, que passou a excluir a infância das decisões de consumo.
- b) a permanência de um projeto pedagógico da mídia, voltado à formação crítica da criança e ao fortalecimento da cidadania participativa.
- c) a mercantilização da infância, na qual a mídia deixa de priorizar a formação cidadã e passa a construir sujeitos consumidores e afetivamente dependentes de marcas.
- d) a democratização da comunicação de massa, permitindo que programas infantis incorporassem maior diversidade cultural e pluralidade pedagógica.
- e) o fortalecimento da autonomia infantil, uma vez que o acesso à mídia televisiva ampliou as possibilidades de escolha, de expressão e de

participação ativa das crianças na cultura de consumo.

34. O cônsul do Haiti em São Paulo, George Samuel Antoine, afirmou que a tragédia em seu país “está sendo boa” para que os haitianos fiquem mais conhecidos no Brasil. O diplomata não sabia que estava sendo filmado. As imagens apareceram em reportagem do telejornal SBT Brasil, na noite de quinta-feira (14). “A desgraça de lá está sendo uma boa pra gente aqui, fica conhecido”, disse o cônsul. Antoine atribuiu o desastre em seu país a maldições: “Acho que, de tanto mexer com macumba, não sei o que é aquilo... O africano em si tem maldição”. Depois de criticar as religiões africanas, Antoine aparece, durante a entrevista, segurando um terço. “Esse terço nós usamos porque dá energia positiva, acalma as pessoas. Como estou muito tenso, deprimido com o negócio do Haiti, a gente fica mexendo com vários para se acalmar”, afirmou o cônsul. Na mesa, há outro terço além do que ele está segurando.

(Revista Época, 15.01.2010. Adaptado.)

O episódio apresentado no texto revela tensões históricas entre religião, poder e preconceito no Brasil. A fala do cônsul do Haiti articula uma visão depreciativa sobre religiões de matriz africana e associa a “desgraça” a uma suposta maldição. Em seguida, o próprio cônsul recorre a um objeto religioso cristão (terço) como fonte de equilíbrio emocional.

Do ponto de vista sociológico e antropológico, esse episódio evidencia

- a) a convivência pacífica entre diferentes tradições religiosas no Brasil, marcada pelo reconhecimento mútuo e pela igualdade simbólica entre as crenças.
- b) a persistência de hierarquias religiosas baseadas na colonialidade, nas quais religiões de matriz africana são deslegitimadas e o cristianismo é naturalizado como superior.
- c) a neutralidade do Estado em relação às crenças religiosas, já que o cônsul, como autoridade diplomática, preserva a laicidade ao utilizar símbolos religiosos apenas no espaço privado.

d) a substituição do racismo religioso por conflitos estritamente culturais, sem implicações políticas ou históricas nas relações entre Brasil, África e Haiti.

e) um avanço na valorização das religiões afro-brasileiras, já que o diplomata reconhece a importância da diversidade espiritual e promove o respeito entre tradições religiosas.

Leia o próximo texto para as questões 35 e 36

35. Coisas que este livro fará por você: facilitar-lhe-á fazer amigos rápida e facilmente; aumentará sua popularidade; ajuda-lo-á a conquistar pessoas para seu modo de pensar; aumentará sua influência, seu prestígio, sua habilidade em obter a realização das coisas; facilitar-lhe-á conseguir novos clientes, novos fregueses; aumentará suas rendas; torna-lo-á um melhor vendedor, um melhor diretor; ajudá-lo-á a resolver reclamações, evitar discussões e manter seus contatos humanos agradáveis e suaves; torná-lo-á um melhor orador, um conversador mais atraente; tornará os princípios de psicologia fáceis para que você os aplique nos seus contatos diários.

(Dale Carnegie. Como fazer amigos e influenciar pessoas, 1936.)

Se alguma coisa há que esta vida tem para nós, e, salvo a mesma vida, tenhamos que agradecer aos Deuses, é o dom de nos desconhecermos: de nos desconhecermos a nós mesmos e de nos desconhecermos uns aos outros. A alma humana é um abismo obscuro e viscoso, um poço que não se usa na superfície do mundo. Ninguém se amaria a si mesmo se devesse se conhecesse, e assim, não havendo a vaidade, que é o sangue da vida espiritual, morreríamos na alma de anemia. Ninguém conhece outro, e ainda bem que o não conhece, e, se o conhecesse, conheceria nele, ainda que mãe, mulher ou filho, o íntimo, metafísico inimigo.

(Fernando Pessoa. Livro do desassossego, 1931.)

Os textos apresentam duas concepções distintas sobre as relações humanas. O primeiro, de Dale Carnegie, defende uma sociabilidade orientada para resultados práticos, como influência, prestígio e sucesso. O segundo, de Fernando Pessoa, questiona a possibilidade de autoconhecimento e destaca a dimensão obscura e conflituosa do sujeito. Do ponto de vista sociológico, a contraposição entre os textos revela

- a) a oposição entre uma visão positiva das relações humanas no capitalismo e uma concepção mística da alma, sem relevância social.
- b) a tensão entre a sociabilidade instrumental típica da modernidade e a percepção de que as relações sociais são marcadas por complexidade, alienação e desconhecimento mútuo.
- c) a superação da individualidade nas sociedades industriais, graças ao fortalecimento das redes de cooperação e empatia entre os sujeitos.
- d) a crítica de Carnegie à racionalização das relações sociais e a defesa, por Pessoa, de uma sociabilidade utilitária e competitiva.
- e) a inexistência de conflitos nas relações sociais modernas, já que tanto Carnegie quanto Pessoa defendem que a convivência humana é naturalmente harmoniosa e previsível.

36. Considerando as teorias sociológicas sobre modernidade, identidade e relações sociais, os textos de Carnegie e Pessoa podem ser associados a fenômenos característicos do século XX. Nesse sentido, é correto afirmar que:

- a) os dois textos celebram a autonomia do indivíduo moderno e a transparência das relações sociais no mundo contemporâneo.
- b) Pessoa defende a cooperação humana como fundamento da vida social, e Carnegie denuncia os efeitos alienantes do capitalismo nas formas de sociabilidade.
- c) Carnegie representa a lógica da racionalização e da mercantilização das relações sociais, enquanto

Pessoa expressa a crise do sujeito e a fragmentação da identidade moderna.

- d) ambos os autores rejeitam a psicologia e valorizam exclusivamente a objetividade das interações sociais.
- e) Carnegie propõe uma sociabilidade comunitária baseada na autenticidade das relações, enquanto Pessoa defende que a modernidade produz sujeitos plenamente integrados e emocionalmente estáveis.

37. Texto 1

No ano de 1990, o filósofo francês Gilles Deleuze criou o conceito de “sociedade do controle” para explicar a configuração totalitária das sociedades atuais. Na sociedade de controle as pessoas têm a ilusão de desfrutarem de maior autonomia, pois podem, por exemplo, acessar contas correntes e fazer compras pela Internet. Mas, por outro lado, seus comportamentos e hábitos de consumo podem ser conhecidos pelo governo, pelos bancos e grandes empresas. Sem suspeitarem disso, os indivíduos podem ser controlados à distância, como se cada um fosse dotado de uma “coleira eletrônica”.

Texto 2

Um quarto dos alemães aceitam implantar chip no corpo

Pesquisa feita pela Associação Alemã das Empresas de Informação, Telecomunicação e Novas Mídias (Bitkom) revela que 23% dos moradores do país topam ter um microchip inserido no próprio corpo, contanto que isso traga benefícios concretos a eles. O levantamento, realizado com cerca de mil pessoas de várias cidades, foi divulgado na feira de tecnologia Cebit, que vai até o próximo sábado (7), em Hannover.

(Folha Online, 03.03.2010.)

Com base nos textos, a “sociedade de controle” descrita por Deleuze caracteriza-se pela transformação das formas de poder nas sociedades contemporâneas. Nesse sentido, é correto afirmar que esse tipo de sociedade

- a) substitui os mecanismos de vigilância pelo respeito absoluto à privacidade individual, garantindo liberdade total aos cidadãos.
- b) utiliza dispositivos tecnológicos e práticas de monitoramento contínuo para controlar comportamentos de maneira sutil, mesmo quando os indivíduos acreditam estar agindo de forma livre.
- c) rejeita a participação de empresas privadas nos processos de coleta de dados, limitando o controle social ao Estado.
- d) elimina a distinção entre esfera pública e privada, abolindo qualquer forma de regulação do acesso à informação.
- e) impede o avanço das tecnologias digitais, pois considera qualquer forma de inovação como ameaça direta à autonomia individual.

38. Um quarto dos alemães aceitam implantar chip no corpo

Pesquisa feita pela Associação Alemã das Empresas de Informação, Telecomunicação e Novas Mídias (Bitkom) revela que 23% dos moradores do país topam ter um microchip inserido no próprio corpo, contanto que isso traga benefícios concretos a eles. O levantamento, realizado com cerca de mil pessoas de várias cidades, foi divulgado na feira de tecnologia Cebit, que vai até o próximo sábado (7), em Hannover.

(Folha Online, 03.03.2010.)

À luz da teoria da “sociedade do controle”, essa disposição dos alemães em relação à inserção de microchip no próprio corpo pode ser interpretada como:

- a) adesão voluntária a mecanismos de vigilância e monitoramento, mostrando como o controle se legitima por meio da promessa de praticidade e segurança.
- b) fortalecimento da autonomia individual, pois os sujeitos recusam qualquer forma de intervenção tecnológica no corpo.
- c) prova de que o controle social desapareceu nas sociedades modernas, já que os indivíduos decidiram livremente sobre seus corpos.
- d) demonstração de que a biopolítica se tornou irrelevante, uma vez que as tecnologias corporais não produzem efeitos sociais.
- e) recusa generalizada da tecnologia, revelando que os indivíduos estão conscientes e resistem ativamente a qualquer forma de controle social.

39. A República Islâmica do Irã abençoa e incentiva operações de troca de sexo, em nome de uma política que considera todo cidadão não heterossexual como espírito nascido no corpo errado. Com ao menos 50 cirurgias por ano, o país é recordista mundial em mudança de sexo, após a Tailândia. Oficialmente, gays não existem no país. Ficou famosa a frase do presidente Mahmoud Ahmadinejad dita a uma plateia de estudantes nos EUA em 2007, de que “não há homossexuais no Irã”. A homossexualidade nem consta da lei. Mas sodomia é passível de execução. [...] Uma transexual operada confidenciou um sentimento amplamente compartilhado em silêncio: “Não teria mutilado meu corpo se a sociedade tivesse me aceitado do jeito que eu nasci”.

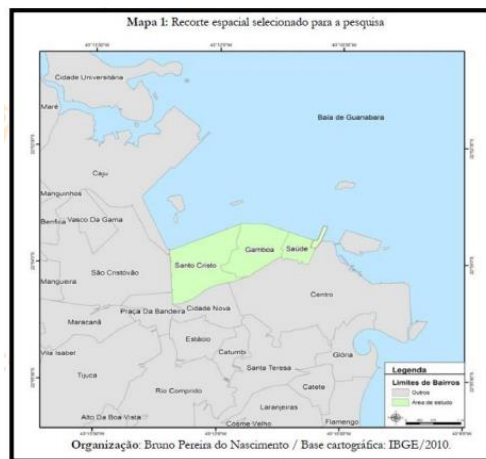
(Samy Adghirny. Operação antigay. Folha de S.Paulo, 13.01.2013.)

O texto apresenta uma contradição nas políticas do Estado iraniano: ao mesmo tempo em que nega oficialmente a existência da homossexualidade, autoriza e incentiva cirurgias de redesignação sexual como forma de adequação dos corpos à norma heterossexual dominante. Com base nisso e nas teorias contemporâneas das ciências sociais sobre gênero, sexualidade e poder, é correto afirmar que essa prática revela

- a) a plena aceitação da diversidade sexual, uma vez que o Estado garante acesso gratuito a procedimentos médicos de afirmação de gênero.
- b) uma política progressista de direitos humanos, em que a liberdade corporal e identitária é assegurada por meio de legislação inclusiva.
- c) a separação entre religião e Estado, permitindo que os indivíduos definam seus corpos independentemente de valores morais ou normativos.
- d) um mecanismo biopolítico de controle social, no qual o Estado regula os corpos e impõe padrões de gênero para preservar a heteronormatividade e eliminar identidades dissidentes.

e) respeito à autonomia sexual, já que o Estado permite que cada indivíduo escolha livremente sua identidade de gênero sem coerção.

40.



Estas localidades, embora geralmente sejam estigmatizadas como insalubres, violentas e feias - devido a décadas de falta de investimentos tanto por parte do setor público quanto do privado - possuem potencial de retorno econômico muito alto, por estarem no entorno imediato dos núcleos centrais de negócios e, portanto, se beneficiarem de forte centralidade que inclui concentração de escritórios, bancos, comércio, serviços e convergência de meios de transporte e vias de circulação. A maneira encontrada para explorar esse potencial nos bairros em estudo foi a reestruturação empreendida pela OUC Porto Maravilha.

(NASCIMENTO, Bruno Pereira. Caderno Prudentino de Geografia, Presidente Prudente, n. 41, v. 1, p. 45-64, Jan./Jun. 2019)

O texto destaca que áreas centrais do Rio de Janeiro, tradicionalmente estigmatizadas como degradadas e violentas, passaram a ser alvo de reestruturações urbanas devido ao seu potencial econômico e localização estratégica. A Operação Urbana Consorciada (OUC) Porto Maravilha representa esse processo.

Do ponto de vista da sociologia urbana crítica, esse tipo de intervenção revela

- a) a democratização do acesso à terra urbana, com prioridade para os moradores tradicionais das áreas centrais.
- b) a tentativa do Estado de promover justiça social por meio da valorização simbólica das periferias.
- c) a lógica da produção capitalista do espaço urbano, que transforma territórios populares em mercadorias, impulsionando processos de gentrificação.
- d) a diminuição da influência de agentes privados na reestruturação urbana, fortalecendo o planejamento estatal público e participativo.
- e) a preservação dos modos de vida das comunidades locais, garantindo que o desenvolvimento urbano ocorra sem expulsão ou mercantilização dos espaços.

41. “A globalização é principalmente um processo de integração global, definindo-se como a expansão, em escala internacional, da informação, das transações econômicas e de determinados valores políticos e morais. Em geral, valores do Ocidente. Herdeira do imperialismo financeiro dos séculos XIX e XX, a globalização ultrapassa as fases anteriores de internacionalização da economia para abranger praticamente todos os países do mundo. É uma nova fase do Capitalismo, surgida com o fim do bloco socialista e a queda do muro de Berlim em 1989; eventos que levaram à grande expansão de mercados, alcançando áreas antes vetadas ao Capitalismo”.

SILVA, K. V.; SILVA M. H. Dicionário de conceitos históricos. 2. ed. 2. reimpressão. São Paulo: Contexto, 2009, p. 169-170

Com base no texto, a globalização pode ser compreendida, nas Ciências Sociais, como uma nova fase do capitalismo marcada por processos econômicos, políticos e culturais. Nesse sentido, é correto afirmar que:

- a) a globalização elimina as desigualdades entre os países, pois promove a integração econômica e a soberania de todas as nações.
- b) a globalização representa a continuidade do imperialismo, agora sob formas financeiras e culturais, com expansão de valores predominantes do Ocidente.
- c) a globalização surgiu como resultado direto da Revolução Industrial, mantendo-se inalterada desde o século XIX.
- d) a globalização extingue a intervenção das grandes empresas e fortalece a autonomia dos Estados nacionais nas tomadas de decisão.
- e) um processo neutro e equilibrado, em que todas as culturas são valorizadas igualmente e nenhuma exerce influência predominante sobre as outras.

42.



Estátua de Edward Colston e estátua 'A Surge of Power (Jen Reid) 2020' (Foto: Simon Cobb/CC | Marc Quinn studio).

A substituição simbólica da estátua de Edward Colston pela escultura "A Surge of Power (Jen Reid) 2020" reflete uma disputa de narrativas históricas no espaço público. Do ponto de vista das Ciências Sociais, esse processo revela que

- a) os monumentos são registros neutros da história, devendo ser preservados independentemente dos valores sociais atuais.
- b) a memória histórica é estática, e a permanência de estátuas garante a continuidade da identidade nacional sem conflitos.
- c) a derrubada de monumentos coloniais representa uma tentativa de apagar o passado e negar a contribuição dos antigos heróis nacionais.
- d) o espaço público é um campo de luta simbólica, onde grupos subalternizados contestam a memória oficial e reivindicam novas formas de representação.
- e) os símbolos públicos refletem consensos universais e permanentes, sendo aceitos por todas as gerações sem questionamentos.

43. "O ciclo da guerra na sociedade tupinambá era dotado de ritmo regular: os ritos estabeleciam com precisão o que os indivíduos deviam fazer no curso dos acontecimentos e situações sociais, que se desenrolassem entre a determinação do ataque e a consumação do sacrifício dos inimigos aprisionados. A rigor, todas as atividades guerreiras faziam parte de um conjunto de ritos, organicamente integrados e interdependentes. Nele também se integravam os ritos de sacrifício do inimigo, de antropofagia [...]."

FERNANDES, Florestan. A função social da guerra na sociedade tupinambá. São Paulo: Pioneira, 1970, p. 67.

No texto, Florestan Fernandes analisa a guerra e a antropofagia entre os tupinambás como práticas inseridas em um conjunto de ritos socialmente estruturados. À luz das teorias antropológicas, essa interpretação indica que:

- a) a guerra é resultado da ausência de organização social entre os povos indígenas, o que leva à violência aleatória.
- b) os ritos de guerra e sacrifício possuem funções simbólicas e estruturais na sociedade, contribuindo para a coesão interna e a reprodução das relações sociais.
- c) a antropofagia era uma prática puramente instintiva, sem relação com os valores culturais dos grupos indígenas.
- d) a guerra é um fenômeno exclusivamente militar, sem conexão com o sistema de crenças ou a identidade coletiva da sociedade.
- e) a guerra e a antropofagia não têm significado social, sendo práticas marginais sem impacto na estrutura da comunidade.

44. No cerne da ideologia Bannon há uma série de contrastes extraordinariamente simplificadores entre bom e mau, sagrado e profano. Essa série semiótica cria perigosos outros, cuja existência contínua ameaça a boa gente que constitui o que Bannon descreve como a “verdadeira América”(…). Numa ordem social democrática, o conflito entre oponentes partidários é agonístico, não antagonístico. Bannon vê de outra forma. Não há espaço para a cortesia em seu universo (...).

Jeffrey Alexander. “Vociferando contra o iluminismo: A ideologia de Steve Bannon”. *Sociologia & Antropologia*, vol. 08, n. 3, set-dez, 2018.

O antagonismo é a luta entre inimigos, enquanto o agonismo representa a luta entre adversários. (...) o propósito da política democrática é transformar antagonismo em agonismo. Isso demanda oferecer canais por meio dos quais às paixões coletivas serão dados mecanismos de expressarem-se sobre questões que, ainda que permitindo possibilidade suficiente de identificação, não construirão o opositor como inimigo, mas como adversário.

Chantal Mouffe. “Por um modelo agonístico de democracia”. *Revista de Sociologia e Política*, Curitiba, n. 25, nov. 2005, p. 11-23.

Com base nos textos de Jeffrey Alexander e Chantal Mouffe, é possível compreender que a ideologia de Bannon representa um risco para a democracia porque

- a) transforma o adversário político em inimigo absoluto, impedindo o debate agonístico e promovendo uma lógica de exclusão e destruição do outro.
- b) fortalece a pluralidade de perspectivas ideológicas ao incentivar a competição equilibrada entre partidos.
- c) defende a neutralidade moral dos conflitos políticos, valorizando a cooperação entre grupos divergentes.
- d) reconhece a importância dos afetos e das paixões coletivas na construção de consensos democráticos.

e) promove a convivência democrática entre diferenças, ao transformar conflitos políticos em debates respeitosos e construtivos.

45. À luz da teoria política de Chantal Mouffe, a democracia agonística propõe uma alternativa às tendências polarizadoras presentes em discursos como o de Steve Bannon porque

- a) elimina por completo o conflito político por meio do consenso racional universal.
- b) defende a submissão das minorias às majorias como forma de preservar a unidade nacional.
- c) reconhece o conflito como inerente à política, mas busca transformar inimigos em adversários legítimos, criando canais institucionais para a expressão das diferenças.
- d) reduz as paixões coletivas à esfera privada, impedindo que elas influenciem a tomada de decisões públicas.
- e) busca neutralizar as diferenças ideológicas, impondo uma única visão política para evitar disputas.

46. Iniciativas como o Programa Bolsa Família, Previdência Rural, a ampliação da assistência social, a universalização da educação fundamental proporcionaram em grande medida a inserção da população negra nos programas sociais. [...] Entretanto, a despeito de tais avanços, o que se observa é que os diferenciais de qualidade de vida entre negros e brancos no Brasil mantêm-se presentes. As políticas clássicas de cunho universalista não são capazes de enfrentar a desigualdade proveniente do racismo e de seus desdobramentos: o preconceito e a discriminação raciais.

THEODORO, Mário. Desigualdade racial e políticas públicas no Brasil. SILVÉRIO, V. R. (Org.) As cotas para negros no tribunal: A audiência pública do STF. São Carlos-SP: Edufscar, 2012, p. 52.

O texto afirma que políticas sociais universalistas, como Bolsa Família e educação fundamental, embora importantes, não foram suficientes para eliminar as desigualdades raciais no Brasil. À luz das Ciências Sociais, isso ocorre porque

- a) a população negra não acessa políticas públicas, pois está completamente excluída das instituições do Estado.
- b) a desigualdade racial no Brasil é apenas resultado de diferenças individuais de mérito e esforço.
- c) o racismo estrutural produz barreiras específicas que exigem políticas focalizadas e ações afirmativas para combater a discriminação histórica.
- d) o universalismo é sempre a melhor estratégia, pois garante igualdade plena ao tratar todos de forma idêntica, independentemente da raça.
- e) as políticas sociais já eliminaram o racismo no Brasil, restando apenas problemas econômicos sem relação com a questão racial.

47.



Mulher entrega flores a soldados estadunidenses durante uma marcha contra a Guerra do Vietnã, em Washington D. C., em 1967. Fotografia de Marc Riboud. In: PELLEGRINI, M. C.; DIAS, A. M.; GRINBERG, K. #Contato história, 3º ano. 1ª ed. São Paulo: Quinteto Editorial, pp. 163.

A fotografia registra um momento emblemático de protesto contra a Guerra do Vietnã nos Estados Unidos, em 1967. A imagem contrapõe a presença militar armada à atitude pacífica de uma manifestante que oferece flores aos soldados. Do ponto de vista sociológico e político, essa cena expressa

- a) a passividade dos movimentos sociais diante do poder estatal e a incapacidade de contestar a ordem vigente.
- b) uma estratégia simbólica de resistência, em que a não violência se transforma em instrumento de crítica à legitimidade do uso da força pelo Estado.
- c) a completa indiferença da sociedade civil em relação aos conflitos internacionais promovidos pelo governo.
- d) a neutralidade política das imagens fotográficas, que apenas registram os fatos sem influenciar a opinião pública.
- e) a aprovação popular da guerra, já que a população utilizava gestos simbólicos para demonstrar apoio às ações militares do Estado.

48. [...] Casar, para ela, não era negócio de paixão, nem se inseria no sentimento ou nos sentidos: era uma ideia, uma pura ideia. Aquela sua inteligência rudimentar tinha separado da ideia de casar o amor, o prazer dos sentidos, uma tal ou qual liberdade, a maternidade, até o noivo. Desde menina, ouvia a mamãe dizer: “Aprenda a fazer isso, porque quando você se casar...” ou senão: “Você precisa aprender a pregar botões, porque quando você se casar...”

A todo instante e a toda a hora, lá vinha aquele – “porque, quando você se casar...” – e a menina foi se convencendo de que toda a existência só tendia para o casamento. A instrução, as satisfações íntimas, a alegria, tudo isso era inútil; a vida se resumia numa coisa: casar.

De resto, não só dentro da família que ela encontrava aquela preocupação. No colégio, na rua, em casa das famílias conhecidas, só se falava em casar. “Sabe, D. Maricota, a Lili casou-se; não fez grande negócio, pois parece que o noivo não é lá grande coisa; ou então: “A Zezé está doida para arranjar casamento, mas é tão feia, meu Deus!...”

BARRETO, Lima. Triste fim de Policarpo Quaresma. São Paulo: FTD, 1991, p. 42.

O texto de Lima Barreto revela como a personagem feminina é socializada desde a infância para acreditar que seu destino natural é o casamento, reduzindo sua existência a esse objetivo. Do ponto de vista sociológico, esse processo evidencia:

- a) a autonomia feminina na escolha de projetos de vida, resultado da modernização das relações familiares.
- b) a construção social dos papéis de gênero, na qual a mulher é preparada para funções domésticas e afetivas como parte de uma estrutura patriarcal.
- c) a ausência de influência da cultura e da família na identidade feminina, que se forma exclusivamente por decisões individuais.
- d) a valorização da educação feminina como caminho para a emancipação e igualdade de oportunidades entre homens e mulheres.

e) a superação do patriarcado, já que a mulher é incentivada a buscar autonomia e liberdade em vez de se submeter a expectativas sociais.

49. A crítica presente no trecho de Triste fim de Policarpo Quaresma permite relacionar a obra de Lima Barreto a debates contemporâneos das Ciências Sociais sobre gênero. Nesse contexto, a situação da personagem pode ser interpretada como exemplo de:

- a) ruptura com os modelos tradicionais de feminilidade e afirmação de autonomia sobre o corpo e os afetos.
- b) valorização da experiência feminina como fonte de poder simbólico e independência econômica.
- c) violência simbólica e naturalização de papéis sociais, que limitam a subjetividade feminina e a reduzem a funções matrimoniais.
- d) superação das desigualdades de gênero por meio da igualdade plena entre homens e mulheres na esfera privada.
- e) emancipação feminina, já que a personagem rejeita as expectativas sociais e constrói livremente sua identidade.

50.



A tirinha faz uma crítica às mudanças no valor social e econômico da linha telefônica no Brasil, que em 1988 era considerada um investimento e, anos depois, tornou-se banal. Do ponto de vista sociológico, essa transformação está associada a:

- processo de modernização e expansão do acesso a tecnologias de comunicação, que alterou o significado social do telefone como símbolo de status.
- permanência das mesmas estruturas tecnológicas, que mantiveram o telefone fixo como um bem de alto valor econômico.
- total ausência de influência do mercado na vida cotidiana, mantendo o telefone como bem estável e atemporal.
- rejeição da sociedade brasileira às tecnologias de comunicação, resultando na obsolescência do telefone fixo.
- manutenção do telefone como objeto de luxo restrito às elites, preservando seu alto valor econômico e simbólico até os dias atuais.

51.

Hoje você é quem manda
Falou tá falado
Não tem discussão
A minha gente hoje anda

Falando de lado

E olhando pro chão, viu
Você que inventou esse estado
Que inventou de inventar toda escuridão
Você que inventou o pecado
Esqueceu-se de inventar o perdão.

Chico Buarque, *Apesar de você*, 1970.

[...], foram [os direitos civis] que mais sofreram durante os governos militares. O habeas corpus foi suspenso para crimes políticos, deixando os cidadãos indefesos nas mãos dos agentes de segurança. A privacidade do lar e o segredo da correspondência eram violados impunemente. Prisões eram feitas sem mandado judicial, os presos eram mantidos isolados e incomunicáveis, sem direito a defesa. Pior ainda: eram submetidos a torturas sistemáticas por métodos bárbaros que não raro levavam à morte da vítima. A liberdade de pensamento era cercada pela censura prévia à mídia e às manifestações artísticas, e, nas universidades, pela aposentadoria e cassação de professores e pela proibição de atividades políticas estudantis.

CARVALHO, José Murilo de. *Cidadania no Brasil: um longo caminho*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008, pp. 190-195.

A canção *Apesar de você*, de Chico Buarque (1970), foi composta durante a ditadura militar brasileira e se tornou um símbolo de resistência cultural. À luz do texto e do contexto histórico, essa música pode ser entendida como

- expressão de apoio popular ao regime militar, que garantia ordem e estabilidade ao país.
- manifestação artística de contestação ao autoritarismo, denunciando a repressão política e reivindicando liberdade e esperança.
- estratégia governamental de propaganda cultural para aproximar o Estado da população.
- defesa da moral religiosa como instrumento de pacificação social durante os governos militares.
- celebração do consenso político entre governo e sociedade, evidenciando a ausência de conflitos durante a ditadura.

52. O texto de José Murilo de Carvalho descreve a violação sistemática dos direitos civis durante a ditadura militar. A partir dessa análise e considerando o papel da cidadania nas Ciências Sociais, é correto afirmar que o período militar no Brasil foi marcado por:

- a) fortalecimento da participação popular e ampliação do direito à liberdade de expressão.
- b) consolidação do Estado de direito, com garantia plena de habeas corpus e respeito às garantias individuais.
- c) supressão de liberdades civis fundamentais, uso da censura, prisão política, tortura e restrição do espaço público democrático.
- d) implementação de políticas democráticas voltadas ao pluralismo cultural e à autonomia universitária.
- e) ampliação da cidadania e fortalecimento dos movimentos sociais, com incentivo estatal à participação política.

53. Em 26 de agosto de 1920, a 19ª Emenda foi proclamada como parte da Constituição dos Estados Unidos. Às 8h daquele dia, o Secretário de Estado Bainbridge Colby assinou a proclamação, que declarava:

"Seção 1: O direito dos cidadãos dos Estados Unidos de votar não deve ser negado ou restringido pelos Estados Unidos ou por qualquer Estado devido ao sexo."

"Seção 2: O Congresso terá poderes para fazer cumprir este artigo por meio de legislação apropriada."

<https://www.greelane.com/pt/humanidades/problemas/what-is-the-19th-amendment-3533634/~>

A 19ª Emenda da Constituição dos Estados Unidos, proclamada em 1920, proibiu a negação do direito de voto com base no sexo, garantindo às mulheres o sufrágio. Do ponto de vista sociopolítico, esse evento representa

- a) a concessão espontânea do Estado às mulheres, sem mobilização social ou disputas políticas.
- b) a eliminação imediata de todas as formas de desigualdade de gênero na sociedade estadunidense.
- c) um processo natural da evolução democrática, que ocorreu simultaneamente em todos os países ocidentais.
- d) uma conquista histórica das lutas feministas e dos movimentos sociais, que pressionaram o Estado para reconhecer as mulheres como sujeitas de direitos políticos.
- e) um ato simbólico sem impacto real, já que o direito ao voto não alterou a participação política ou a cidadania das mulheres.

54. No primeiro dia, foi colocada uma panela de barro no centro do barracão, a qual representava o espírito do morto presente na sala. Aqueles que dançavam depositavam moedas ao passarem junto dela e, ao seu redor, milho branco, mel, água, açaí, cachaça. No segundo dia, os ogãs, antes de iniciar a cerimônia, caminharam pelo corredor formado pelas casas, batendo com longas varas de bambus nos seus beirais, até alcançarem o portão de entrada. No terceiro dia, quatro pessoas, as mais influentes do culto, carregaram um lençol, que aparentemente continha um corpo em seu interior. No entanto, esse corpo era formado por folhas verdes de plantas, que foram derramadas sobre uma pessoa.

MANZOCHI, H. M. Axexe, um rito de passagem. Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia, n. 5, 1995 (adaptado).

O texto descreve o Axexê, um ritual funerário do Candomblé que envolve oferendas, encenação simbólica da morte e participação coletiva. Do ponto de vista antropológico, esse ritual pode ser interpretado como

- a) um rito de passagem que organiza simbolicamente a relação entre vivos e mortos, reforçando a coesão social e a continuidade da tradição religiosa.
- b) uma manifestação folclórica sem significado religioso, praticada apenas como espetáculo cultural.
- c) um exemplo de sincretismo cristão que substituiu completamente as crenças africanas tradicionais.
- d) uma cerimônia individual e privada, realizada sem participação da comunidade e sem dimensões simbólicas.
- e) uma prática arcaica sem relevância social, mantida apenas por falta de modernização cultural.

55. Qualquer brasileiro que tenha passado pelo ensino fundamental provavelmente já ouviu falar da cidade-Estado grega, do Império Romano, do feudalismo, da Revolução Francesa, das Guerras Mundiais; de nomes como Nero, César, Napoleão, Hitler ou Stalin, mas dificilmente ouviu falar das cidades-Estado Yorubas, ou de povos como os Haussa, Bakongo, Makonde, Xhosa e Swahili. E da rainha Nzinga, de Mussa Keita ou Samora Machel? Longe de querer fazer elogios a impérios e heróis africanos, é preciso reconhecer a sua existência, apagada dos nossos livros escolares.

ZAMPARONI, V. Imagens da África no Brasil. In: BOTELHO, A.; SCHWARCZ, L. M. (Org.). Agenda brasileira: ASSOVARICCIO Morragenda temas de uma sociedade em mudança. São Paulo: Cia. das Letras, 2011 (adaptado).

O texto critica a ausência de conteúdos sobre sociedades e líderes africanos no ensino escolar brasileiro. Do ponto de vista das Ciências Sociais e da educação, essa invisibilidade histórica revela

- a) a neutralidade do currículo escolar, que seleciona acontecimentos com base apenas em critérios científicos.
- b) a permanência de uma visão eurocêntrica que privilegia a história da Europa e marginaliza as contribuições africanas para a humanidade.
- c) a recusa dos povos africanos em registrar sua própria história, o que impossibilita sua inclusão no ensino.
- d) a irrelevância das experiências africanas para a compreensão da formação social do Brasil.
- e) uma escolha pedagógica equilibrada, que distribui de forma igualitária os conteúdos históricos entre todas as regiões do mundo.

56. A crítica apresentada por Zamparoni está diretamente relacionada às epistemologias decoloniais. Nesse sentido, reconhecer a existência de impérios, cidades-Estado e lideranças africanas significa:

- a) substituir a história europeia por uma história exclusivamente africana.
- b) valorizar os conhecimentos tradicionais de forma acrítica, independentemente de sua importância histórica.
- c) ampliar a narrativa histórica, incorporando múltiplas perspectivas e rompendo com a hegemonia eurocêntrica na produção do conhecimento.
- d) impedir a comparação entre diferentes sociedades, preservando cada cultura em isolamento.
- e) manter o currículo tradicional, pois a centralidade europeia garante uma visão universal e neutra da história.

57. A classe dominante empresarial-burocrático-eclésiástica, embora exercendo-se como agente de sua própria prosperidade, atuou também, subsidiariamente, como reitora do processo de formação do povo brasileiro. Somos, tal qual somos, pela forma que ela imprimiu em nós, ao nos configurar, segundo correspondia a sua cultura e a seus interesses. Inclusive, reduzindo o que seria o povo brasileiro, como entidade cívica e política, a uma oferta de mão-de-obra servil. Foi sempre nada menos que prodigiosa a capacidade dessa classe dominante para recrutar, desfazer e reformar gentes aos milhões. Isso foi feito no curso de um empreendimento econômico secular, o mais próspero de seu tempo, em que o objetivo jamais foi criar um povo autônomo, mas cujo resultado principal foi fazer surgir como entidade étnica e configuração cultural um povo novo, destribalizando índios, desafricanizando negros e deseuropeizando brancos. Ao desgarrá-los de suas matrizes, para cruzá-los racialmente e transfigurá-los culturalmente, o que se estava fazendo era gestar a nós brasileiros tal qual fomos e somos em

essência. Uma classe dominante de caráter consular-gerencial, socialmente irresponsável, frente a um povo-massa tratado como escravaria, que produz o que não consome e só se exerce culturalmente como uma marginalia, fora da civilização letrada em que está imerso.

(RIBEIRO, Darcy. O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil. São Paulo: Cia das Letras, 1995. p.178-179.)

No excerto de O povo brasileiro, Darcy Ribeiro afirma que a classe dominante, ao longo da história, moldou a formação do povo brasileiro segundo seus interesses, destribalizando indígenas, desafricanizando negros e deseuropeizando brancos, e reduzindo a população a mão de obra servil. Do ponto de vista sociológico e antropológico, essa análise indica que:

- a) a identidade brasileira foi construída por meio de processos de dominação, exploração e apagamento cultural, nos quais a classe dominante definiu as formas de existência do povo, produzindo uma sociedade marcada pela desigualdade e pela marginalidade.
- b) a classe dominante sempre buscou criar uma nação autônoma, valorizando as matrizes culturais indígenas, africanas e europeias de maneira equilibrada e democrática.
- c) a miscigenação no Brasil foi um fenômeno natural e harmonioso, livre de conflitos sociais e políticos, resultando em igualdade entre os grupos étnicos.
- d) a formação do povo brasileiro se deu de forma espontânea, sem influência das elites econômicas, sendo impulsionada exclusivamente pela vontade popular.
- e) a formação do povo brasileiro ocorreu em ambiente de igualdade social, no qual todas as classes participaram de modo cooperativo e horizontal.

58.



A publicidade utiliza a linguagem dos movimentos de contestação dos anos 1960 para promover um produto de limpeza, associando expressões como “liberdade para as mulheres”, “passada a favor de odd” e “você está convocada”. Do ponto de vista sociológico, essa estratégia representa:

- a) a apropriação comercial de pautas políticas e feministas pela indústria cultural, que transforma discursos de emancipação em ferramentas de marketing e reforça papéis tradicionais de gênero.
- b) uma ruptura radical com os estereótipos de gênero, ao libertar a mulher do trabalho doméstico e valorizá-la como sujeito político autônomo.
- c) a neutralidade da publicidade em relação às mudanças sociais, já que sua função é apenas informar o consumidor sobre os produtos.
- d) o declínio do consumo e a recusa das mulheres em se submeterem às normas estéticas e comportamentais da sociedade de massa.
- e) a valorização autêntica do movimento feminista pela publicidade, que rompe com interesses comerciais e prioriza a transformação social.

59. No final do século XIX, as Grandes Sociedades carnavalescas alcançaram ampla popularidade entre os foliões cariocas. Tais sociedades cultivavam um pretensioso objetivo em relação à comemoração carnavalesca em si mesma: com seus desfiles de carros enfeitados pelas principais

ruas da cidade, pretendiam abolir o entrudo (brincadeira que consistia em jogar água nos foliões) e outras práticas difundidas entre a população desde os tempos coloniais, substituindo-os por formas de diversão que consideravam mais civilizadas, inspiradas nos carnavais de Veneza. Contudo, ninguém parecia disposto a abrir mão de suas diversões para assistir ao carnaval das sociedades. O entrudo, na visão dos seus animados praticantes, poderia coexistir perfeitamente com os desfiles.

PEREIRA, C. S. Os senhores da alegria: a presença das mulheres nas Grandes Sociedades carnavalescas cariocas em fins do século XIX. In: CUNHA, M. C. P. Carnavais e outras frestas: ensaios de história social da cultura. Campinas: Unicamp; Cecult, 2002 (adaptado).

O texto descreve o conflito cultural entre as Grandes Sociedades carnavalescas, que buscavam “civilizar” o carnaval inspirando-se em modelos europeus, e os foliões populares, que preferiam manter práticas tradicionais como o entrudo. A partir disso, é correto afirmar que esse episódio ilustra:

- a) a adoção voluntária dos modelos culturais europeus pelas camadas populares, que viam no carnaval das Grandes Sociedades uma oportunidade de ascensão social.
- b) a inexistência de diferenças culturais entre as classes sociais brasileiras, já que tanto as elites quanto o povo compartilhavam o mesmo entendimento sobre o significado do carnaval.
- c) o fracasso total das influências europeias no Brasil, uma vez que o entrudo se tornou a única forma legítima de comemorar o carnaval.
- d) a tentativa das elites de impor um modelo cultural hegemônico, considerado “civilizado” e europeu, enquanto as camadas populares resistiam e afirmavam suas próprias formas de diversão e identidade.
- e) a convivência harmoniosa entre elites e povo, já que não havia disputa por significados culturais e todas as formas de carnaval eram igualmente valorizadas.

60. Na produção social que os homens realizam, eles entram em determinadas relações indispensáveis e independentes de sua vontade; tais relações de produção correspondem a um estágio definido de desenvolvimento das suas forças materiais de produção. A totalidade dessas relações constitui a estrutura econômica da sociedade fundamento real, sobre o qual se erguem as superestruturas política e jurídica, e ao qual correspondem determinadas formas de consciência social.

MARX, K. Prefácio à Crítica da economia política. In: MARX, K.; ENGELS, F. Textos 3. São Paulo: Edições Sociais, 1977 (adaptado).

No trecho apresentado, Marx afirma que as relações de produção constituem a estrutura econômica da sociedade e que sobre ela se erguem as superestruturas política, jurídica e ideológica. A partir dessa concepção, é correto afirmar que:

- a) a economia é o fundamento sobre o qual se constroem as formas políticas e culturais, que expressam os interesses da classe dominante.
- b) a superestrutura determina completamente a base econômica, pois as ideias e valores sociais moldam os modos de produção.
- c) a estrutura econômica existe de forma independente das relações sociais e não interfere nas formas de consciência.
- d) a política e o direito são esferas neutras e autônomas, que funcionam separadamente das relações de produção.
- e) as formas culturais e jurídicas surgem espontaneamente, sem relação com a economia ou com os interesses de classe.

61. A cultura ocidental acentuadamente antropocêntrica foi marcada por processos convergentes de desenvolvimento técnico-científico e acumulação de riquezas, propiciados pela expansão colonial, que resultaram na revolução industrial, no fortalecimento da ideia de progresso e no processo de ocidentalização do mundo.

FERREIRA, L. C. Dilemas do século XX: ideias para uma sociologia da questão ecológica. In: SILVA, J. P. (Org.) Por uma Sociologia do século XX. São Paulo: Annablume, 2007 (adaptado)

O texto aponta que a cultura ocidental antropocêntrica, impulsionada pelo desenvolvimento técnico-científico, pela acumulação de riquezas e pela expansão colonial, contribuiu para a ideia de progresso e para a ocidentalização do mundo. À luz das Ciências Sociais, essa análise indica que:

- a) a modernidade ocidental se construiu a partir da exploração colonial e da crença na superioridade humana sobre a natureza, produzindo um modelo de progresso baseado na dominação social e ambiental.
- b) o desenvolvimento técnico e econômico da Europa ocorreu de forma isolada e pacífica, sem impactos significativos sobre outros povos ou sobre o meio ambiente.
- c) a ideia de progresso sempre foi neutra e universal, compartilhada igualmente por todas as culturas, independentemente de relações de poder.
- d) a ocidentalização do mundo garantiu a preservação dos saberes tradicionais e o fortalecimento da diversidade cultural global.
- e) a modernidade ocidental sempre promoveu relações equilibradas com a natureza e com outros povos, priorizando a sustentabilidade e a igualdade cultural.

62.



PAIVA, M. Disponível em: www.redes.unb.br. Acesso em: 25 maio 2014.

A charge mostra personagens em situação de vulnerabilidade social, enquanto um deles lê na Constituição que “todo brasileiro tem direito à moradia”, e o outro pede para ler “aquele pedaço bonito que fala de comida, saúde...”. A partir dessa cena, é correto afirmar que a charge critica:

- a) a irrelevância dos direitos sociais, já que a Constituição prioriza apenas os direitos civis e políticos.
- b) a distância entre os direitos sociais previstos na Constituição e sua efetivação concreta, evidenciando a desigualdade social e a fragilidade da cidadania no Brasil.
- c) a recusa da população em acessar políticas públicas, preferindo depender exclusivamente da caridade privada.
- d) a inexistência de dispositivos legais que garantam direitos básicos à população brasileira.
- e) a plena realização da cidadania social no Brasil, já que todos os direitos garantidos na Constituição são efetivamente cumpridos pelo Estado.

63. Estatuto da Frente Negra Brasileira (FNB)

Art. 1º - Fica fundada nesta cidade de São Paulo, para se irradiar por todo o Brasil, a Frente Negra Brasileira, união política e social da Gente Negra Nacional, para a afirmação dos direitos históricos da mesma, em virtude da sua atividade material e moral no passado e para reivindicação de seus direitos sociais e políticos, atuais, na Comunhão Brasileira.

Diário Oficial do Estado de São Paulo, 4 nov. 1931.

O Estatuto da Frente Negra Brasileira (1931) afirma a necessidade de organização política da população negra para reivindicar direitos sociais e políticos, reconhecendo sua contribuição histórica para o país. Do ponto de vista sociopolítico, a criação da FNB revela:

- a) a inexistência de racismo no Brasil após a abolição, o que permitiu a plena integração da população negra à sociedade.
- b) o caráter exclusivamente cultural das demandas negras, sem relação com questões políticas ou econômicas.
- c) a submissão da população negra às estruturas políticas dominantes, sem tentativa de organização própria.
- d) a construção de um movimento negro autônomo, que reconhece a marginalização histórica e busca afirmar direitos de cidadania e participação política.
- e) a aceitação passiva da exclusão racial, com ausência de iniciativas políticas da população negra para transformar sua realidade.

64. TEXTO I

Art. 233 - O marido é o chefe da sociedade conjugal, função que exerce colaboração da mulher, no interesse comum do casal e dos filhos.

Código Civil. 1916. Disponível em: www.dji.com.br. Acesso em: 02.out. 2011.

TEXTO II

Art. 5º

II - no âmbito da família, compreendida como comunidade por indivíduos que são ou se consideram aparentados, unidos por laços naturais, por afinidade ou por vontade expressa; Parágrafo único. As relações pessoais enunciadas neste artigo independem de orientação sexual.

Lei Maria da Penha. Lei n. 11.340 de agosto de 2006. Disponível em www.planalto.gov.br. Acessado em 2. out. 2011 (adaptado)

Os dois textos apresentam diferentes concepções de família e relações de gênero no ordenamento jurídico brasileiro. O Código Civil de 1916 definia o marido como “chefe da sociedade conjugal”, enquanto a Lei Maria da Penha (2006) reconhece múltiplas formas de constituição familiar e a igualdade entre os indivíduos, independentemente da orientação sexual. Com base nessas transformações, é correto afirmar que:

- a) a estrutura familiar brasileira permaneceu inalterada ao longo do tempo, mantendo o modelo patriarcal como único legítimo.
- b) a legislação atual reafirma a autoridade masculina na família, garantindo ao marido a função de provedor e líder moral.
- c) o ordenamento jurídico brasileiro passou de uma concepção patriarcal e hierárquica da família para uma perspectiva plural e igualitária, reconhecendo a diversidade e a autonomia dos indivíduos.
- d) a Lei Maria da Penha restabelece a supremacia do Estado sobre a família tradicional, abolindo todos os modelos de organização familiar anteriores.
- e) não houve mudanças reais nas concepções de família, pois o Estado sempre tratou todas as formas familiares com igualdade ao longo da história.

65.



DAVIS, J. Garfield de bom humor. Porto Alegre: L&PM, 2011.

Na tirinha, Garfield critica a televisão por ser repetitiva, cheia de comerciais, alienante, violenta e desinformativa, mas continua assistindo e afirma: “Não é ótimo?”. Sob a perspectiva sociológica, essa cena ilustra:

- a) a capacidade da mídia de promover exclusivamente conteúdos educativos e críticos, estimulando a emancipação cultural do público.
- b) a contradição entre a crítica à indústria cultural e o consumo passivo de seus produtos, revelando como a cultura de massa mantém o espectador alienado mesmo quando ele reconhece seus efeitos.
- c) a neutralidade dos meios de comunicação, que não exercem influência significativa sobre os hábitos e valores sociais.
- d) a rejeição completa do entretenimento midiático pelas massas, que preferem alternativas não mediadas pela televisão.
- e) a capacidade do público de romper facilmente com a indústria cultural, abandonando o consumo de mídia assim que percebe seus efeitos negativos.

66. A criação de índices de sustentabilidade nas principais bolsas de valores do mundo reflete a valorização das companhias verdes. Quando o mercado de capitais, centro financiador do desenvolvimento econômico, cria um índice, dá um recado explícito às empresas que ele procura. Nesse caso, o mercado deixa claro que a agenda socioambiental não pode ser ignorada pelas empresas que ele procura. Na Bolsa de Valores de São Paulo, o índice de sustentabilidade (ISE), criado há cinco anos, mostra resultados melhores do que o índice tradicional. No ano passado, as ações medidas pelo índice Ibovespa subiram 18,5%, enquanto as medidas pelo ISE da Bovespa aumentaram 24,7%. (Veja, 09.06.2010. Adaptado.)

O texto indica que empresas com melhor desempenho socioambiental são valorizadas no mercado financeiro, apresentando crescimento superior ao índice tradicional da bolsa. À luz das Ciências Sociais, essa tendência revela que:

- a) o mercado financeiro deixou de ter fins lucrativos e passou a priorizar exclusivamente a preservação ambiental, mesmo com prejuízo econômico.
- b) a sustentabilidade tornou-se apenas uma estratégia de marketing, sem qualquer impacto nas decisões de investimento.
- c) a lógica capitalista incorporou a agenda socioambiental como diferencial competitivo, demonstrando que responsabilidade social pode ser articulada com a busca por lucro.
- d) a agenda ambiental eliminou as desigualdades entre empresas e garantiu desenvolvimento sustentável pleno em todas as áreas.
- e) o capitalismo abandonou a busca por lucro e adotou um modelo econômico totalmente ecológico e igualitário.

67. A população negra teve que enfrentar sozinha o desafio da ascensão social, e frequentemente procurou fazê-lo por rotas originais, como o esporte, a música e a dança. Esporte, sobretudo o futebol, música, sobretudo o samba, e dança, sobretudo o carnaval, foram os principais canais de ascensão social dos negros até recentemente. A libertação dos escravos não trouxe consigo a igualdade efetiva. Essa igualdade era afirmada nas leis, mas negada na prática. Ainda hoje, apesar das leis, aos privilégios e arrogâncias de poucos correspondem o desfavorecimento e a humilhação de muitos.

CARVALHO, J. M. Cidadania no Brasil: o longo caminho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006 (adaptado).

O texto de José Murilo de Carvalho afirma que, após a abolição, a população negra buscou ascensão social por meios como o futebol, o samba e o carnaval, já que a igualdade legal não se traduziu em igualdade real. A partir dessa análise, é correto afirmar que:

- a) a abolição da escravidão garantiu imediatamente o acesso da população negra à educação, ao trabalho formal e aos espaços de poder político.
- b) o Estado brasileiro criou políticas públicas eficazes que eliminaram o racismo e permitiram a plena integração social dos negros.
- c) a população negra enfrentou barreiras estruturais e, diante da exclusão institucional, utilizou a cultura e o esporte como formas alternativas de mobilidade social e afirmação identitária.
- d) as manifestações culturais como o samba e o carnaval foram neutras do ponto de vista social, não exercendo qualquer impacto sobre a cidadania e a visibilidade da população negra.
- e) a população negra foi plenamente incluída nas instituições após a abolição, não havendo necessidade de buscar reconhecimento por meio da cultura ou do esporte.

68.



ILMAR, Disponível em: www.deficientefisico.com. Acesso em: 6 dez. 2012.

A charge evidencia a contradição entre a existência de vagas de emprego “para deficientes” e a falta de acessibilidade no local, revelando que o direito anunciado não se concretiza na prática. Do ponto de vista sociológico, essa situação expressa:

- a) a plena inclusão das pessoas com deficiência na sociedade brasileira, já que existem vagas específicas para elas.
- b) a igualdade de oportunidades garantida pela legislação, que elimina todas as barreiras físicas e sociais de acesso ao trabalho.
- c) a recusa das pessoas com deficiência em participar da vida social, preferindo a dependência de programas assistencialistas.
- d) a distância entre os direitos formais previstos em lei e sua efetivação concreta, resultando em exclusão estrutural e barreiras simbólicas e materiais para as pessoas com deficiência.
- e) a superação das desigualdades, pois a criação de vagas específicas garante a plena cidadania das pessoas com deficiência.

69. Falava-se, antes, de autonomia da produção para significar que uma empresa, ao assegurar uma produção, buscava também manipular a opinião pela via da publicidade. Nesse caso, o fato gerador do consumo seria a produção. Mas, atualmente, as empresas hegemônicas produzem o consumidor antes mesmo de produzirem os produtos. Um dado essencial do entendimento do consumo é que a produção do consumidor, hoje, precede a produção dos bens e dos serviços.

SANTOS, M. Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal. Rio de Janeiro: Record, 2000 (adaptado).

No trecho apresentado, Milton Santos afirma que, na globalização contemporânea, as empresas “produzem o consumidor antes mesmo de produzirem os produtos”. Do ponto de vista sociológico, essa afirmação significa que:

- a) o consumo é um ato puramente racional, determinado exclusivamente pelas necessidades naturais do indivíduo.
- b) a publicidade e o marketing passaram a moldar desejos, estilos de vida e subjetividades, criando demandas artificiais que antecedem a produção e garantem a reprodução do capitalismo.
- c) a sociedade atual conseguiu libertar-se da influência do mercado, permitindo que cada indivíduo escolha livremente o que consumir.
- d) a produção de bens e serviços tornou-se desnecessária, já que a economia passou a se basear apenas em valores culturais e simbólicos.
- e) o consumidor moderno está livre de influências externas, pois decide com total autonomia o que deseja comprar.

70. TEXTO I

Mais de 50 mil refugiados entraram no território húngaro apenas no primeiro semestre de 2015. Budapeste lançou os “trabalhos preparatórios” para a construção de um muro de quatro metros de altura e 175 km ao longo de sua fronteira com a Sérvia, informou o ministro húngaro das Relações Exteriores. “Uma resposta comum da União Europeia a este desafio da imigração é muito demorada, e a Hungria não pode esperar. Temos que agir”, justificou o ministro.

Disponível em: www.portugueses.rfl.fr. Acesso em: 19 jun. 2015.

TEXTO II

O Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR) critica as manifestações de xenofobia adotadas pelo governo da Hungria. O país foi invadido por cartazes nos quais o chefe do executivo insta os imigrantes a respeitarem as leis e a não “roubarem” os empregos dos húngaros. Para o ACNUR, a medida é surpreendente, pois a xenofobia costuma ser instigada por pequenos grupos radicais e não pelo próprio governo do país.

Disponível em: www.portugueses.rfl.fr. Acesso em: 19 jun. 2015.

Os textos indicam que o governo húngaro decidiu construir um muro na fronteira com a Sérvia e utilizou discursos públicos para associar imigrantes à ameaça econômica e social. À luz das Ciências Sociais, essa postura do Estado húngaro pode ser interpretada como:

- a) uma política solidária de acolhimento humanitário, voltada para a integração pacífica dos refugiados.
- b) uma expressão de xenofobia institucional, na qual o próprio governo produz discursos que criminalizam estrangeiros e reforçam o nacionalismo excludente.
- c) o resultado de um consenso internacional em favor da liberdade irrestrita de circulação de pessoas entre os países europeus.

- d) uma tentativa de fortalecimento da cidadania global, com base em valores de diversidade cultural e respeito às diferenças.
- e) a defesa da livre circulação de pessoas e da cooperação internacional como solução prioritária para as migrações.

71. O Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR) critica as manifestações de xenofobia adotadas pelo governo da Hungria. O país foi invadido por cartazes nos quais o chefe do executivo insta os imigrantes a respeitarem as leis e a não “roubarem” os empregos dos húngaros. Para o ACNUR, a medida é surpreendente, pois a xenofobia costuma ser instigada por pequenos grupos radicais e não pelo próprio governo do país.

Disponível em: www.portugueses.rfl.fr. Acesso em: 19 jun. 2015.

A crítica do ACNUR ao governo húngaro destaca que a xenofobia, nesse caso, não é apenas fruto de pequenos grupos radicais, mas promovida pelo próprio Estado. Do ponto de vista sociopolítico, essa situação indica que:

- a) o Estado pode atuar como agente de discriminação e exclusão, legitimando preconceitos e violando princípios democráticos e de direitos humanos.
- b) a xenofobia é sempre espontânea e popular, sem qualquer relação com decisões estatais ou políticas públicas.
- c) a União Europeia impede que os Estados-membros adotem qualquer política migratória, o que explica o aumento da imigração.
- d) a presença de refugiados representa uma ameaça real às economias nacionais, justificando a adoção de barreiras físicas e legais como defesa da soberania.
- e) a xenofobia desaparece quando o Estado interfere, pois os governos sempre atuam de forma neutra e garantem igualdade para todos.

72. A sociologia ainda não ultrapassou a era das construções e das construções e das sínteses filosóficas. Em vez de assumir a tarefa de lançar luz sobre uma parcela restrita do campo social, ela prefere buscar as brilhantes generalidades em que todas as questões são levantadas sem que nenhuma seja expressamente tratada. Não é com exames sumários e por meio de intuições rápidas que se pode chegar a descobrir as leis de uma realidade tão complexa. Sobretudo, generalizações às vezes tão amplas e tão apressadas não são suscetíveis de nenhum tipo de prova.

DURKHEIM, E. O suicídio: estudo de sociologia. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

No trecho apresentado, Durkheim critica a sociologia de sua época por utilizar “brilhantes generalidades” sem fundamento empírico. A partir dessa crítica, é possível afirmar que Durkheim defende que a sociologia deve:

- a) abandonar totalmente a ciência e retornar à filosofia especulativa, pois os fenômenos sociais não podem ser estudados objetivamente.
- b) buscar leis gerais sobre a sociedade apenas por meio de intuições subjetivas, sem necessidade de comprovação.
- c) tornar-se uma ciência rigorosa, baseada no estudo de fatos sociais específicos, com método, prova empírica e análise objetiva das relações sociais.
- d) limitar-se ao estudo individual e psicológico do comportamento humano, rejeitando a ideia de que existam regularidades sociais.
- e) adotar explicações subjetivas e impressionistas, aceitando conclusões sem necessidade de verificação científica.

73. Ser moderno é encontrar-se em um ambiente que promete aventura, poder, alegria, crescimento, autotransformação e transformação das coisas em redor — mas ao mesmo tempo ameaça destruir tudo o que temos, tudo o que sabemos, tudo o que somos. A experiência ambiental da modernidade anula todas as fronteiras geográficas e raciais, de classe e nacionalidade: nesse sentido, pode-se dizer que a modernidade une a espécie humana. Porém, é uma unidade paradoxal, uma unidade de desunidade.

BERMAN, M. Tudo que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade. São Paulo: Cia das Letras, 1986.

Segundo Marshall Berman, a modernidade é um processo ambivalente: ao mesmo tempo em que promete liberdade, transformação e crescimento, também ameaça destruir valores, identidades e estruturas sociais. Além disso, a modernidade derruba fronteiras e aproxima os seres humanos, mas produz uma “unidade de desunidade”. Com base nessa análise, é correto afirmar que:

- a) a modernidade é um fenômeno exclusivamente positivo, pois gera progresso, estabilidade e harmonia social em todas as sociedades.
- b) a modernidade provoca apenas destruição e desagregação social, não oferecendo nenhuma possibilidade de emancipação ou mudança.
- c) a modernidade é um processo contraditório, que combina integração global com exclusão, inovação com instabilidade, liberdade com insegurança.
- d) a modernidade elimina as diferenças sociais e culturais, criando uma sociedade homogênea e igualitária em escala mundial.
- e) um processo simples e linear, no qual a sociedade evolui de forma previsível e sem conflitos históricos.

74. Não estou mais pensando como costumava pensar. Percebo isso de modo mais acentuado quando estou lendo. Mergulhar num livro, ou num longo artigo, costumava ser fácil. Isso raramente ocorre atualmente. Agora minha atenção começa a divagar depois de duas ou três páginas. Creio que sei o que está acontecendo. Por mais de uma década venho passando mais tempo on-line, procurando e surfando e algumas vezes acrescentando informação à grande biblioteca da internet. A internet tem sido uma dádiva para um escritor como eu. Pesquisas que antes exigiam dias de procura em jornais ou na biblioteca agora podem ser feitas em minutos. Como disse o teórico da comunicação Marshall McLuhan nos anos 60, a mídia não é apenas um canal passivo para o tráfego de informação. Ela fornece a matéria, mas também molda o processo de pensamento. E o que a net parece fazer é pulverizar minha capacidade de concentração e contemplação.

CARR, N. Is Google making us stupid? Disponível em: www.theatlantic.com.

No trecho apresentado, Nicholas Carr relata a dificuldade crescente de manter a concentração em leituras longas após anos de uso intenso da internet. Inspirado em Marshall McLuhan, ele afirma que a mídia não apenas transmite informação, mas molda nosso modo de pensar. Com base nessa análise, é correto afirmar que:

- a) a internet é apenas uma ferramenta neutra, que não interfere nas formas de atenção, leitura ou cognição dos indivíduos.
- b) as tecnologias digitais favorecem exclusivamente a reflexão profunda e o pensamento crítico, substituindo as mídias anteriores sem perdas cognitivas.
- c) o impacto da internet sobre o pensamento humano é irrelevante, pois as formas de leitura e aprendizagem permanecem idênticas às das gerações anteriores.
- d) os meios de comunicação influenciam a estrutura do pensamento e, no caso da internet, estimulam a rapidez e a fragmentação das informações, dificultando a concentração e a contemplação.

- e) a internet fortalece a capacidade de leitura profunda, tornando os usuários mais pacientes e concentrados em textos longos.

75. TEXTO I

As fronteiras, ao mesmo tempo que se separam, unem e articulam, por elas passando discursos de legitimação da ordem social tanto quanto do conflito.

CUNHA, L. Terras lusitanas e gentes dos brasis: a nação e o seu retrato literário. Revista Ciências Sociais, n.2, 2009.

TEXTO II

As últimas barreiras ao livre movimento do dinheiro e das mercadorias e informação que rendem dinheiro andam de mãos dadas com a pressão para cavar novos fossos e erigir novas muralhas que barrem o movimento daqueles que em consequência perdem, física ou espiritualmente, suas raízes.

BAUMAN, Z. Globalização: as consequências humanas. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.

Considerando os textos, pode-se afirmar que, na contemporaneidade, as fronteiras:

- a) não desapareceram com a globalização; ao contrário, tornaram-se espaços de articulação e, ao mesmo tempo, de exclusão, permitindo a livre circulação de capitais e informações, enquanto restringem o movimento de pessoas.
- b) foram completamente eliminadas pela integração econômica global, permitindo o fluxo igualitário de pessoas, bens e ideias em todas as direções.
- c) perderam qualquer função política ou simbólica, tornando-se meros limites geográficos sem impacto nas relações sociais e culturais.
- d) são construções neutras, definidas apenas pela geografia natural, sem relação com discursos de poder, identidade ou conflito social.
- e) deixaram de ter importância na modernidade, pois a globalização garantiu mobilidade total para todos os grupos sociais.

76. De acordo com alguns analistas políticos, o populismo ressurgiu na América Latina, nos anos 2000, com as eleições de Hugo Chaves, na Venezuela, e Evo Morales, na Bolívia. O mesmo tipo de argumento foi utilizado por ocasião da realização do segundo turno das eleições para Prefeito em Londrina. Segundo o jornalista: “Londrina reelege [um prefeito] pela quarta vez, após uma depuração surpreendente na Câmara Municipal em aberta simetria com a pressão da sociedade, o que apresenta um contraponto, mas não é. Populistas viscerais têm uma resistência surpreendente”. (Folha de Londrina, 28 out. 2008, p. 4.)

O texto discute o ressurgimento do populismo na América Latina no século XXI e sua presença na política brasileira. Do ponto de vista das Ciências Sociais e da Ciência Política, o populismo pode ser entendido como:

- a) um modelo político unicamente autoritário, que elimina totalmente a participação popular e impede qualquer tipo de mobilização coletiva.
- b) uma forma de dominação baseada apenas na tecnocracia e na burocracia racional-legal, conforme descrito por Max Weber.
- c) uma lógica política que apela diretamente ao “povo” contra as elites, utilizando liderança carismática, discurso emocional e mecanismos de mobilização social, podendo adquirir tanto formas democráticas quanto autoritárias.
- d) um fenômeno exclusivo da América Latina do século XX, sem qualquer relevância para o contexto contemporâneo ou para as democracias atuais.
- e) a rejeição completa da participação popular, defendendo que somente especialistas tomem decisões políticas de forma neutra.

77. De alcance nacional, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) representa a incorporação à vida política de parcela importante da população, tradicionalmente excluída pela força do latifúndio. Milhares de trabalhadores rurais se organizaram e pressionaram o governo em busca de terra para cultivar e de financiamento de safras. Seus métodos a invasão de terras públicas ou não cultivadas tangenciam a ilegalidade, mas, tendo em vista a opressão secular de que foram vítimas e a extrema lentidão dos governos em resolver o problema agrário, podem ser considerados legítimos.

CARVALHO, J. M. Cidadania no Brasil: o longo caminho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006 (adaptado).

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) é apontado no texto como uma forma de incorporação política de populações historicamente excluídas, utilizando métodos de pressão como a ocupação de terras improdutivas. Do ponto de vista das Ciências Sociais, esse movimento expressa:

- a) a rejeição completa da democracia, já que os trabalhadores rurais se recusam a participar das instituições políticas formais.
- b) a criminalização definitiva das lutas populares no campo, que atuam apenas por interesses individuais sem qualquer objetivo coletivo.
- c) um exemplo de movimento social que busca a efetivação de direitos constitucionais, reivindicando justiça social e reforma agrária diante da lentidão do Estado e da concentração fundiária.
- d) a superação da desigualdade agrária no Brasil, uma vez que as políticas públicas já garantiram terra e financiamento a todos os trabalhadores rurais.
- e) a desnecessidade de mobilização coletiva, já que o Estado resolve sozinho os problemas agrários por meio de políticas eficientes.

78. Os grupos de extermínio e os matadores de aluguel são personagens comuns nos conflitos entre famílias, nas questões de terras e na disputa por poder nas periferias dos grandes centros urbanos brasileiros: "Nas capitais do Sudeste brasileiro, a matança deve-se menos a rixas entre famílias e grupos políticos", explica o sociólogo Sérgio Adorno, do Núcleo de Estudos da Violência da Universidade de São Paulo. Nas grandes cidades, quem mais mata são grupos organizados para mediar a guerra entre os pequenos comerciantes e os pequenos meliantes—assaltantes e menores de rua. Nessa guerra, existem dois tipos de exército. Os justiceiros não agem somente sob encomenda, à moda dos pistoleiros. Fazem, quase sempre de maneira individual, rondas pelos bairros pobres—no vácuo do policiamento preventivo que deveria ser feito pelas polícias militares. O segundo exército das batalhas urbanas são os grupos de extermínio, os antigos esquadrões da morte. "Os grupos de extermínio eliminam até mesmo pessoas que são apenas suspeitas de algum crime", diz Sérgio Adorno. Mais ideológicos, esses grupos praticamente substituíram a figura do justiceiro nos anos 90. Eles são produto da insatisfação das alas "duras" da polícia com a Justiça e com as políticas de respeito aos direitos humanos adotadas por governadores de estado desde que estes voltaram a ser eleitos diretamente, em 1982.

(Revista Época, 18 de janeiro de 1999, edição 35)

O texto descreve a atuação de justiceiros e grupos de extermínio nas periferias urbanas brasileiras, destacando a falha do Estado em garantir segurança pública e a satisfação de setores "duros" da polícia com políticas de direitos humanos. À luz das Ciências Sociais, esse cenário revela que:

- a) o Estado brasileiro exerce plenamente o monopólio legítimo da violência, garantindo segurança e justiça para toda a população.
- b) a ausência ou insuficiência da ação estatal em áreas periféricas favorece o surgimento de formas paralelas e ilegais de controle social, nas quais grupos armados assumem funções que deveriam ser do Estado.

- c) os grupos de extermínio fortalecem a cidadania ao combater a criminalidade com base nos princípios do devido processo legal.
- d) a violência urbana no Brasil é exclusivamente resultado de conflitos familiares e disputas pessoais, sem relação com estruturas sociais ou institucionais.
- e) o fortalecimento do Estado de direito, pois a população confia plenamente nas instituições oficiais e rejeita qualquer forma de justiça paralela.

79. Antonio Gramsci é considerado um dos grandes filósofos políticos do século XX. No Brasil, sua obra foi amplamente resgatada nos anos 1980 e 1990 para a reflexão sobre a democracia no país e para a construção de práticas pedagógicas mais críticas. Um dos postulados de Gramsci é o de que: "Todos [os homens] são filósofos, ainda que a seu modo inconscientemente".

(GRAMSCI, A. Cadernos do cárcere. V. 1, São Paulo: Civilização Brasileira, 2001. p. 93.)

A afirmação de Gramsci de que "todos os homens são filósofos, ainda que a seu modo inconscientemente" está relacionada à sua concepção de cultura e educação. Com base nessa perspectiva, é correto afirmar que Gramsci entende que:

- a) apenas especialistas e acadêmicos têm capacidade de produzir conhecimento filosófico e crítico sobre a realidade social.
- b) toda pessoa elabora concepções de mundo, ainda que de forma espontânea, sendo possível transformar esse senso comum em consciência crítica por meio da educação e da prática social.
- c) a filosofia é uma atividade neutra e individual, sem relação com as lutas sociais, a hegemonia cultural ou a política.
- d) a educação deve transmitir passivamente conhecimentos prontos, evitando o questionamento das estruturas de poder existentes.
- e) o senso comum é irrelevante para a compreensão da realidade e deve ser eliminado para que apenas os intelectuais tradicionais produzam conhecimento.

80. Texto I

Reserva da insensatez

O processo de demarcação da reserva indígena Raposa Serra do Sol, em Roraima, é o mais antigo e conturbado da história do Brasil [...] Ao delimitarem uma reserva desse tamanho [7,5% da área do estado], os antropólogos da Funai pressupunham que os índios continuariam vivendo como nômades, de caça e da pesca, a exemplo de seus ancestrais. Mas eles estão totalmente integrados às cidades do entorno. Moram em casas, fazem compras em supermercados e falam português [...].

(Revista Veja, 30 set 2008.)

Texto II

Selva é com ele

O Comandante da Amazônia [general-de-exército Augusto Heleno Pereira] chamou a atual política indigenista de “lamentável” e “caótica”, por impedir não-índios de entrar em reservas e por abandonar as comunidades indígenas à miséria depois da demarcação [...] A doutrina militar defende desde sempre a ocupação e a civilização da Amazônia como a melhor forma de protegê-la. A ameaça de invasão da região por traficantes e terroristas estrangeiros, como os da Farc, é real. Só quem pode contê-la é o Exército. Por isso, é de bom senso sempre ouvir o que os generais têm a dizer sobre a Amazônia.

(Revista Veja, 23 abr. 2008. p. 58.)

Os textos I e II apresentam argumentos contrários à demarcação de terras indígenas, afirmando que os indígenas estão “integrados” à sociedade envolvente ou que a presença do Exército e de não indígenas é necessária para “civilizar” e “proteger” a Amazônia. Esse tipo de discurso revela:

a) a permanência de uma visão colonial e etnocêntrica, que deslegitima a identidade indígena, nega sua autonomia territorial e cultural, e justifica a intervenção estatal ou militar como forma de controle político e econômico.

b) o reconhecimento pleno dos direitos indígenas à terra, à cultura e à autodeterminação, conforme previsto na Constituição de 1988.

c) a superação das desigualdades históricas entre indígenas e não indígenas, graças às políticas públicas e ao apoio constante do Estado brasileiro às comunidades indígenas.

d) a compreensão dos indígenas como sujeitos históricos autônomos, cujas formas de organização social são respeitadas e protegidas pelas forças armadas e pela mídia.

e) a aceitação da plena autonomia indígena, mostrando que a sociedade e o Estado respeitam a diversidade cultural e defendem a autogestão das terras tradicionais.

Discursiva

Em uma escola pública de ensino fundamental, localizada na periferia urbana, o professor de Língua Portuguesa percebe que seus alunos demonstram apatia diante das aulas tradicionais. O modelo de ensino vigente baseia-se em exposições unilaterais de conteúdo, cópias de definições e exercícios de memorização, sem conexão com a realidade dos estudantes. A indisciplina cresce e muitos não conseguem relacionar os conteúdos com sua vida cotidiana. Inspirado nas críticas de Paulo Freire à educação bancária e em sua proposta de uma pedagogia dialógica, o professor decide repensar sua prática docente.

Considerando a situação hipotética apresentada, redija um texto dissertativo que atenda os seguintes itens:

- a) Explicar o conceito de educação bancária segundo Paulo Freire e seus impactos para a aprendizagem dos alunos.
- b) Indicar três características do professor que atua sob os pressupostos da educação bancária.
- c) Com base no contexto exposto, propor uma atividade pedagógica que rejeite o modelo bancário, especificando objetivos e a forma de participação dos alunos.

Folha de Resposta

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

O QUE VOCÊ ACHOU DESTE SIMULADO?

*Conte-nos como foi sua experiência ao fazer este simulado.
Sua opinião é muito importante para nós!*

<https://forms.gle/3RC8pkHLNAnpSnxQ9>

NÃO É ASSINANTE?

Confira nossos planos, tenha acesso a milhares de cursos e participe gratuitamente dos projetos exclusivos. Clique no link!

<http://estrategi.ac/assinaturas>

CONHEÇA NOSSO SISTEMA DE QUESTÕES

Estratégia Questões nasceu maior do que todos os concorrentes, com mais questões cadastradas e mais soluções por professores. Clique no link e conheça!

<http://estrategi.ac/ok1zt0>
